

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	17
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	81
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	86
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	88
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	89
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
Total	38.571
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	1.607.288	1.789.994
1.01	Ativo Circulante	28.456	41.732
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.424	37.869
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.661	2.835
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.661	2.835
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	15.371	1.028
1.01.08.03	Outros	15.371	1.028
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	1.037	1.028
1.01.08.03.03	Outros Créditos	14.334	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.578.832	1.748.262
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	119.263	124.343
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	55.198	55.198
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	54.981	54.981
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	217	217
1.02.01.06	Tributos Diferidos	23.864	23.864
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	23.864	23.864
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	31.387	36.472
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	4.262	4.262
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	27.125	32.210
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	8.814	8.809
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	8.814	8.809
1.02.02	Investimentos	1.450.999	1.615.334
1.02.02.01	Participações Societárias	1.450.999	1.615.334
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	34.567	32.535
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.296.493	1.467.475
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	119.939	115.324
1.02.03	Imobilizado	62	62
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	62	62
1.02.04	Intangível	8.508	8.523
1.02.04.01	Intangíveis	8.508	8.523
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	8.508	8.523

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	1.607.288	1.789.994
2.01	Passivo Circulante	2.792	4.730
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	597	636
2.01.01.01	Obrigações Sociais	597	636
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	597	636
2.01.02	Fornecedores	88	1.409
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	88	1.409
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.413	1.988
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.412	1.988
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	1.412	1.988
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1	0
2.01.05	Outras Obrigações	694	697
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	16	14
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	16	14
2.01.05.02	Outros	678	683
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	426	426
2.01.05.02.04	Outros Passivos Circulantes	252	257
2.02	Passivo Não Circulante	7.890	7.931
2.02.02	Outras Obrigações	0	41
2.02.02.02	Outros	0	41
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais Federais	0	41
2.02.04	Provisões	7.890	7.890
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.263	1.263
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.263	1.263
2.02.04.02	Outras Provisões	6.627	6.627
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	6.627	6.627
2.03	Patrimônio Líquido	1.596.606	1.777.333
2.03.01	Capital Social Realizado	1.017.700	1.017.700
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	740.203	740.203
2.03.04.01	Reserva Legal	102.489	102.489
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	637.714	637.714
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-172.746	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	11.133	19.114

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-181.734	76.469
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.764	-4.272
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-172.970	80.741
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-181.734	76.469
3.06	Resultado Financeiro	1.007	2.278
3.06.01	Receitas Financeiras	1.390	2.661
3.06.02	Despesas Financeiras	-383	-383
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-180.727	78.747
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-180.727	78.747
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-180.727	78.747
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-4,68550	2,04160
3.99.01.02	PN	-4,68550	2,04160
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-4,68550	2,04160
3.99.02.02	PN	-4,68550	2,04160

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	-180.727	78.747
4.03	Resultado Abrangente do Período	-180.727	78.747

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-9.145	-1.406
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-8.292	-1.612
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IRPJ e da CSLL	-180.727	78.747
6.01.01.02	Depreciação e amortização	380	382
6.01.01.03	Resultado da Equivalência Patrimonial	172.970	-80.741
6.01.01.06	Despesas com Juros e Variações Monetárias	-915	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-853	206
6.01.02.01	Contas a receber	0	162
6.01.02.02	Outros ativos	957	-14
6.01.02.03	Fornecedores	-1.321	481
6.01.02.04	Salários e Encargos Sociais	-39	220
6.01.02.05	Tributos a pagar	-442	-650
6.01.02.06	Outros Passivos	-3	7
6.01.02.11	Depósitos Judiciais	-5	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-24.300	9.853
6.02.03	Dividendos Recebidos	0	12.853
6.02.04	Integralização de Capital de Partes Relacionadas	-9.000	-3.000
6.02.05	Adiantamento a Partes Relacionadas	-15.300	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	6.000	-13.849
6.03.01	Partes Relacionadas	6.000	9.031
6.03.02	Dividendos Pagos	0	-22.880
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-27.445	-5.402
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	37.869	37.880
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	10.424	32.478

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	740.203	0	19.114	1.777.333
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	740.203	0	19.114	1.777.333
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-172.746	-7.981	-180.727
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-180.727	0	-180.727
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	7.981	-7.981	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	7.981	-7.981	0
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	740.203	-172.746	11.133	1.596.606

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	1.016.779	0	249.295	2.284.090
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	1.016.779	0	249.295	2.284.090
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	79.854	-110.665	-30.811
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	78.747	0	78.747
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	1.107	-110.665	-109.558
5.05.03.02	Realização de Custo Atibuído	0	0	0	1.107	-110.665	-109.558
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	1.016.779	79.854	138.630	2.253.279

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.752	-760
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.752	-760
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.752	-760
7.04	Retenções	-380	-382
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-380	-382
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-2.132	-1.142
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-171.580	83.402
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-172.970	80.741
7.06.02	Receitas Financeiras	1.390	2.661
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-173.712	82.260
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-173.712	82.260
7.08.01	Pessoal	6.942	3.512
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.942	3.512
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	70	0
7.08.02.01	Federais	70	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3	1
7.08.03.01	Juros	3	1
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-180.727	78.747
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-180.727	78.747

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	5.212.759	5.343.256
1.01	Ativo Circulante	1.162.534	1.312.037
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	86.450	172.740
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	16.343
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	16.343
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	0	16.343
1.01.03	Contas a Receber	882.996	990.364
1.01.03.01	Clientes	651.394	745.211
1.01.03.01.01	Clientes	1.096.562	1.219.463
1.01.03.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-445.168	-474.252
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	231.602	245.153
1.01.04	Estoques	12.855	14.759
1.01.06	Tributos a Recuperar	85.551	92.093
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	85.551	92.093
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	94.682	25.738
1.01.08.03	Outros	94.682	25.738
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	1.037	1.037
1.01.08.03.03	Outros Créditos	93.645	24.701
1.02	Ativo Não Circulante	4.050.225	4.031.219
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.271.501	3.232.667
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	55.198	55.198
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	54.981	54.981
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	217	217
1.02.01.03	Contas a Receber	97.812	102.465
1.02.01.03.01	Clientes	95.241	100.442
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.571	2.023
1.02.01.06	Tributos Diferidos	511.313	494.175
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	511.313	494.175
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	31.387	36.472
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	4.262	4.262
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	27.125	32.210
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.575.791	2.544.357
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	16.803	14.060
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	131.924	139.623
1.02.01.09.05	Ativo Indenizatório - Concessão	2.427.064	2.390.674
1.02.02	Investimentos	179.230	168.062
1.02.02.01	Participações Societárias	179.230	168.062
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	179.230	168.062
1.02.03	Imobilizado	255.183	255.293
1.02.04	Intangível	344.311	375.197
1.02.04.01	Intangíveis	344.311	375.197
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	332.862	363.953
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	11.449	11.244

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	5.212.759	5.343.256
2.01	Passivo Circulante	1.246.031	1.305.698
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	110.395	115.427
2.01.02	Fornecedores	597.061	703.281
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	597.061	703.281
2.01.03	Obrigações Fiscais	92.952	89.725
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	37.688	44.720
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.164	10.921
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	24.800	22.747
2.01.03.01.03	Outros	9.724	11.052
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	54.893	45.005
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	371	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	187.149	81.064
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	187.149	81.064
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	187.149	81.064
2.01.05	Outras Obrigações	159.194	185.241
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	11.518	14.538
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	11.518	14.538
2.01.05.02	Outros	147.676	170.703
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	426	426
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	95.664	122.891
2.01.05.02.05	Outros Passivos Circulantes	51.586	47.386
2.01.06	Provisões	99.280	130.960
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	99.280	130.960
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	99.280	130.960
2.02	Passivo Não Circulante	2.370.122	2.260.225
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	281.279	257.046
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	281.279	257.046
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	281.279	257.046
2.02.02	Outras Obrigações	202.581	191.700
2.02.02.02	Outros	202.581	191.700
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais Federais	0	41
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	200.106	189.184
2.02.02.02.05	Outros Passivos Não Circulantes	2.475	2.475
2.02.03	Tributos Diferidos	26.686	28.404
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	26.686	28.404
2.02.04	Provisões	1.859.576	1.783.075
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.823.302	1.747.511
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	29.522	29.525
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	75.900	44.822
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.379.305	1.356.430
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	338.575	316.734
2.02.04.02	Outras Provisões	36.274	35.564
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	36.274	35.564
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.596.606	1.777.333
2.03.01	Capital Social Realizado	1.017.700	1.017.700

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	740.203	740.203
2.03.04.01	Reserva Legal	102.489	102.489
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	637.714	637.714
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-172.746	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	11.133	19.114

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.278.719	1.117.989
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.290.618	-871.225
3.03	Resultado Bruto	-11.899	246.764
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-194.185	-143.398
3.04.01	Despesas com Vendas	-38.147	-51.745
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-96.367	-78.650
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-66.506	-18.871
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	6.835	5.868
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-206.084	103.366
3.06	Resultado Financeiro	9.542	15.639
3.06.01	Receitas Financeiras	28.313	35.769
3.06.02	Despesas Financeiras	-18.771	-20.130
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-196.542	119.005
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	15.815	-40.258
3.08.01	Corrente	-2.975	-41.847
3.08.02	Diferido	18.790	1.589
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-180.727	78.747
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-180.727	78.747
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-180.727	78.747
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-4,68550	2,04160
3.99.01.02	PN	-4,68550	2,04160
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-4,68550	2,04160
3.99.02.02	PN	-4,68550	2,04160

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-180.727	78.747
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-180.727	78.747
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-180.727	78.747

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-173.001	67.138
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-101.908	205.014
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IRPJ e da CSLL	-196.542	119.005
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	51.589	44.397
6.01.01.03	Ganho ou Perda na Alienação de Ativo Imobilizado e Intangível	6.745	20.850
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-6.835	-5.868
6.01.01.06	Despesas com Juros e Variações Monetárias	7.084	5.761
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-10.732	-15.441
6.01.01.09	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	-29.084	21.192
6.01.01.10	Juros Pagos	-6.742	-6.871
6.01.01.11	Contingências	53.626	769
6.01.01.12	Atualização do Ativo Financeiro	3.929	0
6.01.01.13	Realização de Provisão para Perdas	-7.041	0
6.01.01.14	Provisão para Passivo Atuarial	32.095	21.605
6.01.01.15	Juros não Realizados	0	-385
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-71.093	-137.876
6.01.02.02	Contas a Receber	141.653	-103.781
6.01.02.03	Outros Ativos	-69.493	-5.654
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	7.699	-3.889
6.01.02.05	Fornecedores	-106.220	-19.970
6.01.02.06	Salários e Encargos Sociais	-5.032	-3.356
6.01.02.07	Tributos a pagar	17.163	6.137
6.01.02.08	Taxas Regulamentares	-16.305	13.137
6.01.02.09	Outras Variações nos Ativos e Passivos	1.181	6.449
6.01.02.11	Estoques	1.904	1.370
6.01.02.12	Obrigações com Benefícios a Empregados	-40.900	-28.319
6.01.02.13	Tributos a Recuperar	-2.743	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-64.692	-71.380
6.02.01	Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-59.882	-71.161
6.02.05	Dividendos Recebidos	0	1.852
6.02.06	Aquisição de participação acionária	-4.810	-2.071
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	151.403	-53.155
6.03.01	Partes Relacionadas	6.000	6.000
6.03.02	Amortização de Empréstimos	-59.342	-57.332
6.03.03	Ingressos de Empréstimos	188.402	16.339
6.03.05	Dividendos Pagos	0	-18.162
6.03.06	Resgate de Fundos de Investimento	16.343	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-86.290	-57.397
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	172.740	428.754
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	86.450	371.357

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	740.203	0	19.114	1.777.333	0	1.777.333
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	740.203	0	19.114	1.777.333	0	1.777.333
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-172.746	-7.981	-180.727	0	-180.727
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-180.727	0	-180.727	0	-180.727
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	7.981	-7.981	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	7.981	-7.981	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	740.203	-172.746	11.133	1.596.606	0	1.596.606

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	1.016.779	0	249.295	2.284.090	0	2.284.090
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	1.016.779	0	249.295	2.284.090	0	2.284.090
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	79.854	-110.665	-30.811	0	-30.811
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	78.747	0	78.747	0	78.747
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	1.107	-110.665	-109.558	0	-109.558
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	1.107	-110.665	-109.558	0	-109.558
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	1.016.779	79.854	138.630	2.253.279	0	2.253.279

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	1.813.802	1.759.598
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.735.078	1.713.863
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	49.640	66.927
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	29.084	-21.192
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.303.816	-807.752
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.109.061	-682.878
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-145.115	-57.947
7.02.04	Outros	-49.640	-66.927
7.02.04.01	Custos Referentes a Construção de Ativos Permanentes	-49.640	-66.927
7.03	Valor Adicionado Bruto	509.986	951.846
7.04	Retenções	-51.589	-44.397
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-51.589	-44.397
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	458.397	907.449
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	35.148	41.637
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	6.835	5.868
7.06.02	Receitas Financeiras	28.313	35.769
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	493.545	949.086
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	493.545	949.086
7.08.01	Pessoal	165.317	147.150
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	490.184	703.059
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	18.771	20.130
7.08.03.01	Juros	18.771	20.130
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-180.727	78.747
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-180.727	78.747

Comentário do Desempenho



1. Investimentos

Os investimentos realizados em imobilizado, intangível e participações em PCHs pelo Grupo Celesc no 1º trimestre de 2013 chegou a R\$70,1 milhões ante R\$78,0 milhões em 2012, sendo 10,07% inferior ao mesmo período do ano anterior, conforme evidenciado no quadro abaixo.

Investimento	31.03.2013		31.03.2012		Análise Horizontal
	R\$	%	R\$	%	
Distribuição de Energia Elétrica	59.689	85,08	71.232	91,31	-16,20
Geração de Energia Elétrica	10.465	14,92	6.777	8,69	54,42
Total	70.154	100	78.009	100	-10,07

2. Mercado Acionário

As ações preferenciais da Celesc (CLSC4) fecharam o primeiro trimestre de 2013 com queda de 11,48%, enquanto as ações ordinárias (CLSC3) mantiveram-se estáveis no período. O Índice Bovespa – IBOVESPA apresentou queda de 7,55%, e o Índice de Energia Elétrica – IEE desvalorizou-se em 3,62%.

O quadro a seguir apresenta as cotações finais em 31 de março de 2013 e respectivas variações percentuais das ações da Celesc e dos principais indicadores de mercado:

	Fechamento 31/03/2013	Desempenho *
		Variação %
		1º TRI 2013
Celesc PN	R\$23,90	-11,78%
Celesc ON	R\$37,00	-0,00%
IBOVESPA	56.352	-7,55%
IEE	27.750	-3,62%

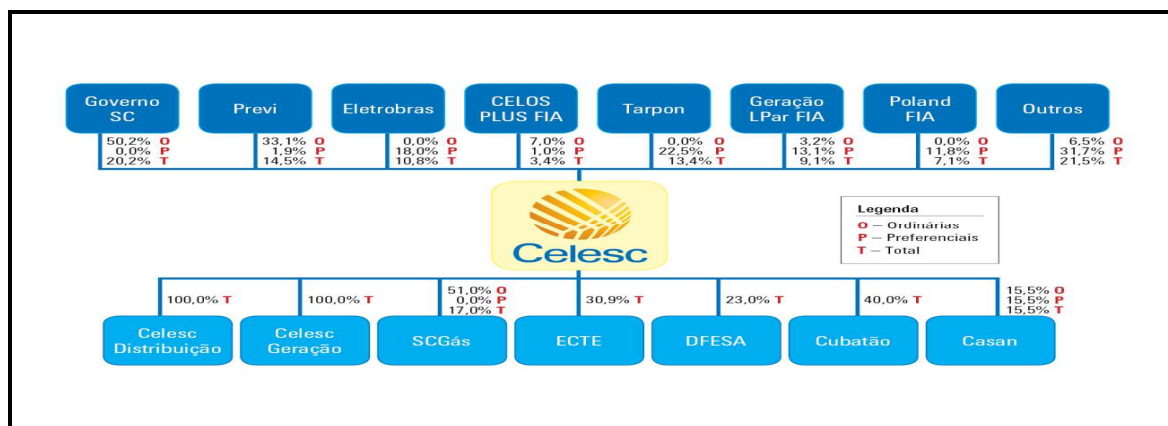
*cotações sem ajuste a proventos
Fonte: DRI/DPRI

Valor de mercado da ação

Os valores de mercado das ações da Celesc, em 31 de março de 2013, conforme quadro acima, são os seguintes: R\$37,00 para cada ação ordinária (ON) e R\$23,90 para cada ação preferencial (PN).

Seu acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,2% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do Capital Total. A estrutura acionária e societária da Celesc, em 31 de março de 2013 está apresentada no gráfico a seguir:

Comentário do Desempenho



3. Recursos Humanos

O grupo Celesc encerrou o primeiro trimestre de 2013, com um quadro funcional de 3.254 empregados. O total de empregados representa um decréscimo de 13,53% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.763 empregados).

4. Mercado de Energia Elétrica

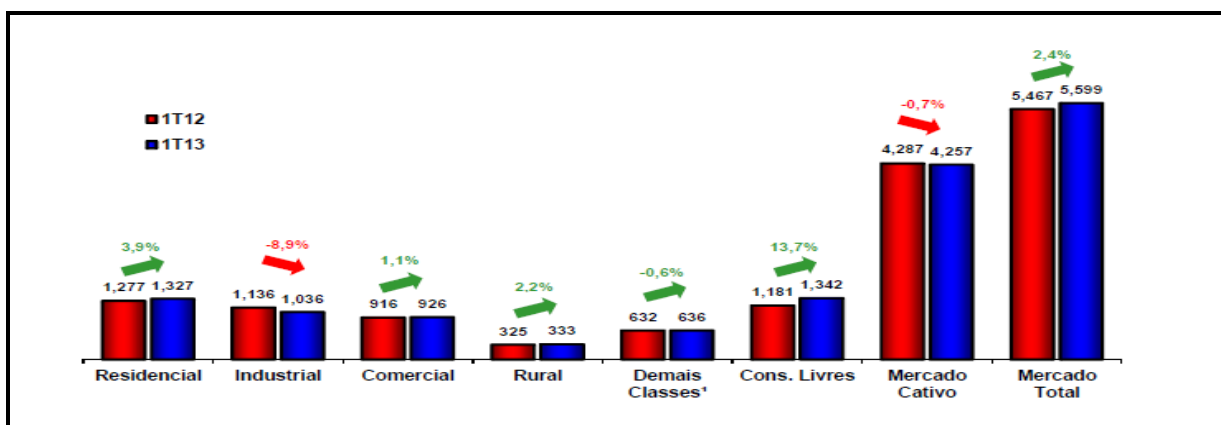
Descrição			Variação Vertical		Variação Horizontal
	1 trim 2013	1 trim 2012	1 trim 2013	1 trim 2012	13-12
	trim	trim	trim	trim	trim
Receita de Vendas por Classe de Consumo em R\$ mil (Líquido de ICMS)					
Residencial	376.280	446.105	36,8%	37,2%	-15,7%
Industrial	249.886	300.473	24,4%	25,1%	-16,8%
Comercial	248.159	284.441	24,3%	23,7%	-12,8%
Rural	56.599	65.073	5,5%	5,4%	-13,0%
Poder Público	28.612	34.026	2,8%	2,8%	-15,9%
Iluminação Pública	19.301	21.634	1,9%	1,8%	-10,8%
Serviço Público	16.606	17.871	1,6%	1,5%	-7,1%
Subtotal	995.444	1.169.623	97,4%	97,6%	-14,9%
Suprimento	27.056	29.071	2,6%	2,4%	-6,9%
TOTAL	1.022.499	1.198.694	100%	100%	-14,7%
Consumo por Classe em MWh					
Residencial	1.327.044	1.277.075	31,2%	29,8%	3,9%
Industrial	1.035.508	1.136.292	24,3%	26,5%	-8,9%
Comercial	925.534	915.526	21,7%	21,4%	1,1%
Rural	332.695	325.472	7,8%	7,6%	2,2%
Poder Público	98.330	100.542	2,3%	2,3%	-2,2%
Iluminação Pública	134.290	130.632	3,2%	3,0%	2,8%
Serviço Público	79.508	75.412	1,9%	1,8%	5,4%
Subtotal	3.932.909	3.960.951	92,4%	92,4%	-0,7%
Suprimento	324.166	325.666	7,6%	7,6%	-0,5%
TOTAL	4.257.075	4.286.617	100%	100%	-0,7%
Preço Médio Unitário do MWh em R\$					
Residencial	283,55	349,32	121,3%	128,0%	-18,8%
Industrial	241,32	264,43	103,2%	96,9%	-8,7%
Comercial	268,13	310,69	114,7%	113,9%	-13,7%
Rural	170,12	199,93	72,8%	73,3%	-14,9%
Poder Público	290,98	338,43	124,4%	124,0%	-14,0%
Iluminação Pública	143,73	165,61	61,5%	60,7%	-13,2%
Serviço Público	208,87	236,98	89,3%	86,9%	-11,9%
Subtotal	253,11	295,29	108,2%	108,2%	-14,3%
Suprimento	83,46	89,27	35,7%	32,7%	-6,5%
TOTAL	233,83	272,85	100%	100%	-14,3%

Comentário do Desempenho



5. Balanço Energético

No primeiro trimestre de 2013, a energia fornecida pela Celesc D, para o mercado cativo, teve redução de 0,7% na comparação com o mesmo período do ano anterior, atingindo 4.257 GWh. Com relação ao mercado total (incluindo consumidores livres), o crescimento foi de 2,4%, atingindo 5.599 GWh. Ressalta-se que esses dados sofreram o efeito “calendário de leitura”, em que a energia medida no primeiro trimestre também levou em consideração alguns dias do mês de dezembro de 2012.



Fonte: DCL/DPCM/DVME

Nota: Demais Classes* = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público + Revenda.
Não considera consumo próprio.

6. Desempenho Econômico Financeiro

O Prejuízo Acumulado do primeiro trimestre de 2013, apresentado pela Companhia, em 31 de março, foi de R\$180.726 mil, que representa uma queda de 329,5%, se comparado ao mesmo período de 2012 (Lucro Líquido de R\$78.747 mil).

O quadro a seguir demonstra, por meio dos principais indicadores econômicos, o desempenho da Companhia em 31 de março de 2013 em relação ao mesmo período do ano anterior.

As principais informações financeiras consolidadas são as seguintes:

Dados Econômico-Financeiros	31 de março 2013	31 de março 2012	AH
Receita Operacional Bruta	1.784.718	1.780.790	0,2%
Receita Operacional Líquida	1.278.719	1.117.989	14,4%
Resultado das Atividades	-206.082	103.366	-284,0%
EBITDA	-155.240	147.383	-199,5%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	-12,14%	13,18%	-25,32 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	-14,13%	7,04%	-21,17 p.p.
Resultado Financeiro	9.541	15.639	-39,0%
Ativo Total	5.213.718	5.260.214	0,9%
Imobilizado	255.183	355.697	-28,3%
Patrimônio Líquido	1.596.606	2.258.968	-29,3%
Lucro (Prejuízo) Líquido	-180.726	78.747	-329,5%

p.p – Pontos Percentuais

Comentário do Desempenho



O Grupo Celesc encerrou o primeiro trimestre de 2013 com uma Receita Operacional Bruta de R\$1.784,7 milhões, superior 0,2% em relação a 2012 num valor de R\$1.780,8 milhões, enquanto a Receita Operacional Líquida evoluiu 14,4%, no primeiro trimestre de 2013 foi de R\$1.278,7 milhões e no mesmo período de 2012 foi de R\$1.118,0 milhões.

O EBITDA no primeiro trimestre de 2013 atingiu negativamente o valor de R\$155,2 mil e a Margem EBITDA passou de 13,18% no primeiro trimestre de 2012 para -12,14% em 2013.

A movimentação do Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização – EBITDA está detalhada a seguir:

Conciliação do EBITDA - R\$ MIL	31 de março 2013	31 de março 2012
Lucro/Prejuízo líquido	(180.726)	78.747
IR e CSLL corrente e diferido	15.815	(40.258)
Resultado financeiro	9.541	15.639
Depreciação e amortização	(50.842)	(44.017)
EBITDA	(155.240)	147.383

7. Composição Acionária

O Capital Social da Celesc atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.017.700.000,00, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas. As Ações Preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro abaixo:

Acionista	Base Acionária em 31.03.2013					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	-	7.791.201	20,20
PREVI	5.140.868	33,11	437.807	1,90	5.578.675	14,46
Celos	1.091.474	7,03	230.800	1,00	1.322.274	3,43
Fundo de Investimentos Geração Futuro	499.600	3,22	2.756.200	11,96	3.255.800	8,44
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás*	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Fundo de Investimentos Tarpon	-	-	5.177.623	22,47	5.177.623	13,42
MCAP Poland FIA	-	-	2.796.000	12,13	2.796.000	7,25
Outros	999.952	6,44	7.503.059	32,56	8.503.011	22,04
Total	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100

Capital Social: R\$1.017.700.000,00

Capital Autorizado: R\$1.340.000.000,00

* Companhia de Capital Aberto

Fonte: DRI

Comentário do Desempenho



8. Participação Estrangeira no Capital

Os investidores estrangeiros encerraram o primeiro trimestre de 2013 representando 20% do Capital Social Total da Celesc, detendo um volume de 7.714.482 ações, na grande maioria, ações preferenciais.

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	7.714.482	20
Investidores Nacionais	30.857.109	80

Fonte: DRI

9. Ações do Controlador, Administradores e Membros do Conselho Fiscal

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

Acionista	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	8.980.660	57,84	234.305	1,02	9.214.965	23,89
Conselho de Administração	1	-	11	-	12	-
Diretoria Executiva	-	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas	6.546.476	42,16	22.810.138	98,98	29.356.614	76,11
Total	15.527.137	100	23.044.454	100	38.571.591	100
Ações em Circulação	6.546.476	42,16	22.810.138	98,98	29.356.614	76,11

Fonte: DRI

10. Ações em Circulação

	Ações ON – CLSC3		Ações PN – CLSC4		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Capital Total	15.527.137	100%	23.044.454	100%	38.571.591	100%
Ações em Circulação	6.546.476	42,16%	22.810.138	98,98%	29.356.614	76,11%

Fonte: DRI

11. Cláusula Compromissória

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social, em seu artigo 67º “A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores

Comentário do Desempenho



Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Participação no Nível 2, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado”.

12. Auditores Independentes

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ratificadas pelo Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 02, de 20 de março de 2003, a Celesc informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

Florianópolis, 15 de maio de 2013.

A Administração

Notas Explicativas



1. Informações Gerais

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, controlada pelo Governo de Estado de Santa Catarina, com sede na Avenida Itamarati, 160, Bairro Itacorubi, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973, e hoje tem seus papéis negociados na bolsa de São Paulo no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&F BOVESPA S.A., em São Paulo.

A Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e coligadas têm como atividade preponderante a distribuição, transmissão e geração de energia elétrica. Além disso, atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

Estas Informações Trimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de maio de 2013.

Em 31 de março de 2013, as principais controladas integrais consolidadas, controladas em conjunto e coligadas são:

Descrição	Percentual de Participação Integralizado – %			
	31 de março 2013		31 de dezembro 2012	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas				
Celesc Distribuição S.A. (Celesc D)	100,00	-	100,00	-
Celesc Geração S.A. (Celesc G)	100,00	-	100,00	-
Descrição	Percentual de Participação Integralizado – %			
	31 de março 2013		31 de dezembro 2012	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas em conjunto				
Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS	17,00	-	17,00	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	30,88	-	30,88	-
Campo Belo Energética S.A. (Campo Belo)	-	30,00	-	30,00
Painel Energética S.A. (Painel)	-	32,50	-	32,50
Rondinha Energética S.A. (Rondinha)	-	32,50	-	32,50
Companhia Energética Rio das Flores (Rio das Flores)	-	25,00	-	25,00
Xavantina Energética (Xavantina)	-	40,00	-	40,00
Bandeirante Energética (Bandeirante)	-	25,00	-	25,00
Coligadas				
Dona Francisca Energética S.A. – DFESA	23,03	-	23,03	-
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A. (Cubatão)	40,00	-	40,00	-

Notas Explicativas



1.1. Das Concessões

a) Medida Provisória – MP 579/2012 (Lei 12.783/2013)

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, com o objetivo de reduzir os custos de energia elétrica para consumidores, publicou a Medida Provisória – MP nº 579/2012. Em 14 de setembro de 2012, o Decreto Presidencial – DP nº 7.805 foi emitido, definindo alguns dos procedimentos operacionais para a implementação do que foi estabelecido na MP nº 579/2012. Esta MP permitiu aos concessionários com contratos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica vencendo entre 2015 e 2017, a possibilidade de antecipar as suas prorrogações mediante condições específicas nela estabelecidas. Em 11 de janeiro de 2013, a MP nº 579/2012 foi convertida na Lei nº 12.783/2013.

Conforme noticiado pelo Governo Federal, a medida tem como objetivo reduzir as tarifas de energia elétrica em 20,2%, em média (16,2% para consumidores residenciais e de 19,7% a 28% para os consumidores industriais) e baseia-se em dois pontos principais:

- (i) Eliminação/redução de alguns dos encargos setoriais, que contribuirá para a redução das tarifas finais em 7% e;
- (ii) Definição de novas condições para a prorrogação de contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição, com datas de vencimento entre 2015 e 2017, com um impacto médio de 13,2% nas tarifas finais.

Para as concessionárias de distribuição, a MP nº 579/2012 prevê a redução das tarifas pela eliminação/redução de alguns dos encargos setoriais a partir de 1º de janeiro de 2013. É previsto também redução das tarifas devido a uma revisão tarifária extraordinária ocorrida a partir de fevereiro de 2013, com o objetivo de refletir a redução das tarifas de geração e transmissão e também pelos eventuais efeitos da realocação das quotas de energia das geradoras que tiverem os seus contratos prorrogados.

Para as concessionárias de geração, conforme MP nº 579/2012, a renovação das concessões está condicionado a aceitação dos seguintes critérios: mudança do sistema de precificação, passando do sistema de preços, para o sistema de receita permitida, com revisões periódicas; e alocação de toda garantia física de energia e potência das Usinas alcançadas pela MP nº 579/2012, em regime de cotas, para as Distribuidoras (Ambiente de Contratação Regulado – ACR).

Ademais, a MP nº 579/2012 estabelece que quando da renovação as concessões de distribuição, geração e transmissão haverá indenização dos ativos residuais pelo Valor Novo de Reposição – VNR. Os investimentos futuros deverão ser submetidos previamente à aprovação do agente regulador.

Notas Explicativas



b) Decreto nº 7.945/13 – Aporte CDE:

Em função das condições hidro energéticas desfavoráveis no final de 2012 e início de 2013, entre eles os baixos níveis nos reservatórios das usinas hidrelétricas, o despacho das usinas térmicas está direcionado para o patamar máximo. Diante do exposto e considerando a exposição das concessionárias no mercado de curto prazo, decorrente principalmente da alocação das cotas de garantia física de energia e de potência e à revogação da autorização das usinas pela ANEEL, o custo de energia das distribuidoras teve um aumento expressivo em 2012 e início de 2013.

Devido a este cenário e considerando que as concessionárias de distribuição não têm gerência sobre esses custos, o governo brasileiro emitiu, em 7 de março de 2013, o Decreto nº 7.945, que promoveu algumas alterações sobre a contratação de energia e os objetivos do encargo setorial Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Com relação à contratação de energia, o Decreto nº 7.945 (i) reduziu o prazo mínimo de três para um ano, contado a partir do início do suprimento de energia, de contratos de comercialização de energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes e (ii) aumentou o repasse dos custos de aquisição de energia elétrica pelas distribuidoras para os consumidores finais de cento e três para cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

Com relação aos objetivos da CDE, o Decreto alterou os mesmos, e instituiu o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição dos custos relacionados abaixo:

- i. A exposição ao mercado de curto prazo das usinas hidrelétricas contratadas em regime de cotas de garantia física de energia e de potência, por insuficiência de geração alocada no âmbito do Mecanismo de Relocação de Energia – MRE (Risco Hidrológico);
- ii. A exposição no mercado de curto prazo das distribuidoras, por insuficiência de lastro contratual em relação à carga realizada, relativa ao montante de reposição não recontratado em função da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica (Exposição Involuntária);
- iii. O custo adicional relativo ao acionamento de usinas termelétricas fora da ordem de mérito por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE (ESS – Segurança Energética); e
- iv. O valor integral ou parcial do saldo positivo acumulado pela Conta de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA, relativo ao encargo de serviço do sistema e à energia comprada para revenda (CVA ESS e Energia).

Para os itens (i), (ii) e (iii), a Companhia registrou, de acordo com o CPC 07/IAS 20 – Subvenção e Assistência Governamentais, o montante de R\$53.248.

Notas Explicativas



c) Celesc Distribuição S.A.

Em 22 de julho de 1999, a Celesc D assinou o Contrato de concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 56, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica. A referida concessão tem prazo de vigência até 07 de julho de 2015. A concessão da Celesc D não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados. Conforme o contrato de concessão, ao término do prazo de vigência, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL e apurados por auditoria do próprio órgão regulador.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC01 – Contratos de concessão foram integralmente atendidas, a Administração da Celesc Distribuição S.A. concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo indenizável e ativo intangível. O reajuste tarifário ocorre no dia 07 de agosto e cada ano e a revisão tarifária periódica a cada quatro anos.

A controlada Celesc D, em atendimento às disposições da legislação, manifestou em 18 de setembro de 2012 seu pedido de prorrogação de sua concessão pelo prazo de 30 anos, a partir de julho de 2015. As condições de prorrogação só serão conhecidas quando o poder concedente divulgar a minuta do termo aditivo ao contrato de concessão.

A redução da tarifa em função da MP nº 579/2012 não se espera trazer impactos relevantes para o segmento de distribuição, tendo em vista que as alterações afetarão somente o custo de compra e transporte de energia e encargos setoriais que são totalmente repassados ao consumidor por meio da tarifa.

d) Celesc Geração S.A.

A controlada Celesc G, conforme definido no contrato de concessão ANEEL nº 55, de 22 de julho de 1999, na sua cláusula segunda possui as seguintes concessões para geração de energia elétrica:

Notas Explicativas



Central Geradora	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Data de Vencimento da Concessão
Palmeiras – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	24,60	7/11/2016
Bracinho – Rio Bracinho	Schroeder/SC	15,00	7/11/2016
Garcia – Rio Garcia	Angelina/SC	8,92	7/7/2015
Cedros – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,40	7/11/2016
Salto – Rio Itajaí-Açu	Blumenau/SC	6,28	7/11/2016
Celso Ramos – Rio Chapecozinho	Faxinal do Guedes/SC	5,40	23/11/2021
Pery – Rio Canoas	Curitibanos/SC	4,40	9/7/2017
Caveiras – Rio Caveiras	Lages/SC	3,83	10/7/2018
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz	Campos Novos/SC	2,60	7/7/2015
Pirai – Rio Pirai	Joinville/SC	0,78	(i)
São Lourenço – Rio São Lourenço	Mafra/SC	0,42	(i)
Rio do Peixe – Rio do Peixe	Videira/SC	0,52	(i)
Total da Capacidade Instalada		81,15	

(i) Centrais geradoras que não possuem prazo determinado de concessão.

Conforme requerido pela MP nº 579/2012 foi protocolado pedido de prorrogação de concessão em 15 de outubro de 2012 das Pequenas Centrais Elétricas – PCHs afetadas pela MP nº 579/2012:

Central Geradora	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Data de Vencimento da Concessão
Palmeiras – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	24,60	7/11/2016
Bracinho – Rio Bracinho	Schroeder/SC	15,00	7/11/2016
Garcia – Rio Garcia	Angelina/SC	8,92	7/7/2016
Cedros – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,40	7/11/2016
Salto – Rio Itajaí-Açu	Blumenau/SC	6,28	7/11/2016
Pery – Rio Canoas	Curitibanos/SC	4,40	9/7/2017
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz	Campos Novos/SC	2,60	7/7/2015
Total da Capacidade Instalada		70,20	

Conforme definido no DP nº 7.805/2012, o Ministério de Minas e Energia – MME divulgou em 1º de novembro de 2012 por meio da Portaria nº 578 de 31 de outubro de 2012, os valores das tarifas de geração de energia aplicáveis aos contratos acima e, por meio da Portaria Interministerial nº 580/MME/MF de 1º de novembro de 2012 os valores das indenizações, bem como disponibilizando à Celesc G os novos termos aditivos dos contratos de concessão.

Somente em 6 de novembro de 2012, a Celesc G tomou conhecimento, por meio da divulgação das Notas Técnicas da metodologia utilizada para definição dos valores de tarifas iniciais de geração e dos valores de indenização a serem pagos aos concessionários de geração, e que subsidiaram, respectivamente, a Portaria MME nº 578, de 31 de outubro de 2012, e a Portaria Interministerial MME-MF nº 580, de 1º de novembro de 2012.

A tarifa proposta para as pequenas centrais hidrelétricas consideram os custos regulatórios de operação, manutenção, administração, entre outros. No quadro abaixo seguem as tarifas divulgadas pelo poder concedente para os empreendimentos da Celesc Geração S.A.:

Notas Explicativas



Central Geradora	Localidade	Potência para efeito de definição do GAG (MW)	Tarifa (R\$/kW .ano)
Palmeiras – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	24,60	120,87788
Bracinho – Rio Bracinho	Schroeder/SC	15,00	130,44562
Garcia – Rio Garcia	Angelina/SC	8,92	172,65642
Cedros – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,40	192,37890
Salto – Rio Itajaí-Açu	Blumenau/SC	6,28	192,48094
Pery – Rio Canoas	Curitibanos/SC	4,40	217,58880
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz	Campos Novos/SC	2,60	226,23572

Para os empreendimentos acima o poder concedente não considerou direito a indenização, com exceção da PCH Pery, o qual foi definido uma indenização de R\$98,5 milhões.

Essas usinas representam 86,51% da potência instalada da Celesc Geração S.A. e possuem parte da sua energia contratada em Ambiente de Comercialização Livre – ACL após 2012.

A Administração analisou as condições estabelecidas para a prorrogação do prazo de concessão, bem como, os potenciais efeitos econômico-financeiros e os efeitos tributários sobre os valores da indenização e das tarifas e, ainda, realizou diversos estudos internos, a fim de concluir sobre a não prorrogação do prazo de concessão. Por meio de Reunião Extraordinária realizada em 22 de novembro de 2012 o Conselho de Administração acompanhando o entendimento da Diretoria Executiva deliberou pela não adesão aos termos de renovação antecipada das concessões das usinas da Celesc G com base na MP nº 579/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013.

Foi excluída da decisão a Usina Pery com questionamento através de Ação Ordinária com pedido de liminar na Justiça Federal, com objetivo de discutir o mérito relativo ao direito de prorrogação da concessão pelos 20 anos, conforme previsto no Artigo nº 26, §7º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, sendo o pedido acolhido e havendo suspensão do prazo de assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. A União recorreu desta decisão por meio de Agravo de Instrumento cujo pedido de efeito suspensivo foi negado no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Porto Alegre).

Em 2012 foi lançada nova chamada pública para seleção de parceiros e projetos na área de geração de energia, contemplando outras fontes como: eólica, biomassa e térmicas, com a perspectiva de firmar parcerias em 2013, visando atender as diretrizes do plano diretor do grupo, cuja meta é atingir 1000 MW em empreendimentos de geração até 2030.

e) Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS

A controlada em conjunto SCGÁS, possui contrato de concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado de Santa Catarina, firmado em 28 de março de 1994, com prazo de vigência de 50 anos.

f) Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE

A controlada em conjunto ECTE, detém contrato de concessão de transmissão de energia elétrica datado de 1º de novembro de 2000 com prazo de vigência de 30 anos.

Notas Explicativas



2. Base de Preparação

2.1. Declaração de Conformidade

2.1.1. Informações Trimestrais Consolidadas

As Informações Trimestrais Consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstrações Intermediárias e com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das ITR.

2.1.2. Informações Trimestrais Individuais

As Informações Trimestrais Individuais da Controladora foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstrações Intermediárias e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das ITR.

Essas práticas diferem do IFRS, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS os investimentos seriam avaliados pelo custo ou pelo valor justo. Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado da Companhia Controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas do grupo e as demonstrações financeiras individuais da Controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

2.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Informações Trimestrais, Individuais e Consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do Grupo, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de Ativos e Passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir.

Notas Explicativas



a) Valor Justo de Outros Instrumentos Financeiros

O valor justo de outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

b) Benefícios de Planos de Pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Grupo determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Grupo reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

d) Contingências

O Grupo atualmente está envolvido em diversas ações de natureza tributária, trabalhista, cível e regulatória, como descrito na Nota 21. Provisões são reconhecidas para os casos que representem perdas prováveis (o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o seu valor possa ser estimado com segurança). A probabilidade de perda é avaliada baseada nas evidências disponíveis, incluindo a avaliação de advogados externos.

e) Impairment de Ativos Não Financeiros

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades do Grupo é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor

Notas Explicativas



contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

2.4. Pronunciamentos aplicáveis ao Grupo a partir de 01.01.2013 - Novas normas, alterações e interpretações de IFRS, adotadas nas informações trimestrais individuais e consolidadas

Em 2012 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu, dentre outros, os seguintes pronunciamentos que afetam as atividades da Companhia:

- CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto
- CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto

Esses pronunciamentos contábeis, aprovados pela CVM em 2012, passaram a ter sua aplicação requerida para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013 e determinam que empreendimentos controlados em conjunto sejam registrados nas demonstrações financeiras da Companhia através do método de equivalência patrimonial.

Com a adoção desses novos pronunciamentos contábeis no primeiro trimestre de 2013 a Companhia deixou de consolidar proporcionalmente os investimentos em controladas em conjunto conforme quadro abaixo:

Controladas em Conjunto:

Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS
 Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE
 Campo Belo Energética S.A. (Campo Belo)
 Pánel Energética S.A. (Pánel)
 Rondinha Energética S.A. (Rondinha)
 Companhia Energética Rio das Flores (Rio das Flores)
 Xavantina Energética (Xavantina)
 Bandeirante Energética (Bandeirante)

As informações financeiras da Companhia do primeiro trimestre de 2013 apresentam a posição financeira e patrimonial, reconhecendo o resultado desses investimentos por meio de equivalência patrimonial.

Outra nova norma aplicada a partir de 1º de janeiro de 2013 foi o CPC 33 (R1) e IAS 19 – Benefícios a Empregados. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorreram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Notas Explicativas



A aplicação destes novos requerimentos alterou os saldos do balanço patrimonial consolidado da Companhia utilizado como base para as análises das variações patrimoniais entre 31 de dezembro de 2012 e 31 de março de 2013, as demonstrações de resultado, as demonstrações dos fluxos de caixa e as demonstrações dos valores adicionados dos períodos findos em 31 de março de 2012 que serviram de base para comparação com os mesmos demonstrativos que estão sendo apresentados em 31 de março de 2013.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

BALANÇOS PATRIMONIAIS - ATIVO

Em 01 de janeiro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

Ativo				Consolidado
	01/01/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	01/01/2012 Reajustado
Circulante				
Caixa e Equivalente de Caixa	442.495	-	(13.741)	428.754
Títulos e Valores Mobiliários	15.062	-	-	15.062
Contas a Receber de Clientes	858.809	-	(8.509)	850.300
Estoques	20.510	-	(1.203)	19.307
Tributos a Recuperar ou Compensar	73.337	-	(899)	72.438
Dividendos a Receber	2.215	-	1.864	4.079
Ativo Indenizatório - Concessão	20.303	-	(20.303)	-
Outras Contas a Receber	39.460	-	(1.938)	37.522
	1.472.191	-	(44.729)	1.427.462
Não Circulante				
Títulos e Valores Mobiliários	133.013	-	-	133.013
Contas a Receber de Clientes	121.430	-	(54)	121.376
Outros Créditos com Partes Relacionadas	64.888	-	-	64.888
Tributos Diferidos	342.560	(56.439)	(463)	285.658
Tributos a Recuperar ou Compensar	13.697	-	-	13.697
Depósitos Judiciais	147.178	-	(222)	146.956
Ativo Indenizatório - Concessão	1.987.103	-	(43.163)	1.943.940
Outras Contas a Receber	4.838	-	(3.408)	1.430
Investimentos em Controladas e Coligadas	25.844	-	129.150	154.994
Intangível	616.381	-	(81.494)	534.887
Imobilizado	370.105	-	(18.277)	351.828
	3.827.037	(56.439)	(17.931)	3.752.667
Ativo Total	5.299.228	(56.439)	(62.660)	5.180.129

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

BALANÇOS PATRIMONIAIS - PASSIVO

Em 01 de janeiro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Consolidado			
	01/01/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	01/01/2012 Reajustado
Circulante				
Fornecedores	433.503	-	(18.980)	414.523
Empréstimos, Financiament e Debêntures	241.298	-	(6.136)	235.162
Salários e Encargos Sociais	120.632	-	(1.257)	119.375
Tributos e Contribuições Sociais	129.800	-	(6.585)	123.215
Dividendos Propostos	72.048	-	-	72.048
Taxas Regulamentares	174.941	-	(684)	174.257
Outros Passivos de Partes Relacionadas	18.113	-	-	18.113
Passivo Atuarial	115.908	-	-	115.908
Outros Passivos	19.177	-	(239)	18.938
	1.325.420	-	(33.881)	1.291.539
Não Circulante				
Empréstimos, Financiament e Debêntures	129.800	-	(21.871)	107.929
Tributos e Contribuições Sociais	1.207	-	-	1.207
Tributos Diferidos	78.140	-	(5.751)	72.389
Taxas Regulamentares	147.841	-	-	147.841
Provisões para Contingências	489.207	-	(345)	488.862
Passivo Atuarial	949.795	(165.998)	-	783.897
Outros Passivos	3.287	-	(812)	2.475
	1.799.277	(165.998)	(28.779)	1.604.500
Patrimônio Líquido				
Capital Social	1.017.700	-	-	1.017.700
Reservas de Capital	316	-	-	316
Reservas de Lucros	1.001.394	-	-	1.001.394
Ajuste de Avaliação Patrimonial	139.736	109.559	-	249.295
Dividendos Adicionais a Distribuir	15.385	-	-	15.385
	2.174.531	109.559	-	2.284.090
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	5.299.228	(56.439)	(62.660)	5.180.129

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

BALANÇOS PATRIMONIAIS - ATIVO

Em 31 de dezembro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Consolidado			
	31/12/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	31/12/2012 Reajustado
Circulante				
Caixa e Equivalente de Caixa	199.865	-	(27.125)	172.740
Títulos e Valores Mobiliários	16.343	-	-	16.343
Contas a Receber de Clientes	999.436	-	(9.072)	990.364
Estoques	15.993	-	(1.234)	14.759
Tributos a Recuperar ou Compensar	92.432	-	(339)	92.093
Dividendos a Receber	77	-	960	1.037
Ativo Indenizatório - Concessão	22.147	-	(22.147)	-
Outras Contas a Receber	28.180	-	(3.479)	24.701
	1.374.473	-	(62.437)	1.312.037
Não Circulante				
Títulos e Valores Mobiliários	55.198	-	-	55.198
Contas a Receber de Clientes	102.764	-	(2.322)	100.442
Outros Créditos com Partes Relacionadas	36.472	-	-	36.472
Tributos Diferidos	431.130	63.526	(481)	494.175
Tributos a Recuperar ou Compensar	14.060	-	-	14.060
Depósitos Judiciais	139.910	-	(287)	139.623
Ativo Indenizatório - Concessão	2.435.306	-	(44.632)	2.390.674
Outras Contas a Receber	7.114	-	(5.091)	2.023
Investimentos em Controladas e Coligadas	32.535	-	135.527	168.062
Intangível	467.092	-	(91.895)	375.197
Imobilizado	273.194	-	(17.901)	255.293
	3.994.775	63.526	(27.082)	4.031.219
Ativo Total	5.369.248	63.526	(89.518)	5.343.256

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

BALANÇOS PATRIMONIAIS - PASSIVO

Em 31 de dezembro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Consolidado			
	31/12/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	31/12/2012 Reajustado
Circulante				
Fornecedores	721.331	-	(18.050)	703.281
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	88.165	-	(7.101)	81.064
Salários e Encargos Sociais	116.471	-	(1.044)	115.427
Tributos e Contribuições Sociais	95.441	-	(5.716)	89.725
Dividendos Propostos	580	-	(154)	426
Taxas Regulamentares	123.700	-	(809)	122.891
Outros Passivos de Partes Relacionadas	14.538	-	-	14.538
Passivo Atuarial	130.960	-	-	130.960
Outros Passivos	48.823	-	(1.437)	47.386
	1.340.009	-	(34.311)	1.305.698
Não Circulante				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	300.654	-	(43.608)	257.046
Tributos e Contribuições Sociais	41	-	-	41
Tributos Diferidos	38.239	-	(9.835)	28.404
Taxas Regulamentares	189.184	-	-	189.184
Provisões para Contingências	426.645	-	-	426.645
Passivo Atuarial	1.169.457	186.973	-	1.356.430
Outros Passivos	4.239	-	(1.764)	2.475
	2.128.459	186.973	(55.207)	2.260.225
Patrimônio Líquido				
Capital Social	1.017.700	-	-	1.017.700
Reservas de Capital	316	-	-	316
Reservas de Lucros	745.892	(5.689)	-	740.203
Ajuste de Avaliação Patrimonial	136.872	(117.758)	-	19.114
Dividendos Adicionais a Distribuir	-	-	-	-
	1.900.780	(123.447)	-	1.777.333
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	5.369.248	63.526	(89.518)	5.343.256

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

BALANÇOS PATRIMONIAIS - ATIVO

Em 01 de janeiro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	Controladora
				31/12/2012 Reajustado
Não Circulante				
Investimentos	1.932.273	109.559		2.041.832

BALANÇOS PATRIMONIAIS - PASSIVO

Em 01 de janeiro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	Controladora
				31/12/2012 Reajustado
Patrimônio Líquido				
Capital Social	1.017.700			1.017.700
Reservas de Capital	316			316
Reservas de Lucros	1.001.394		-	1.001.394
Ajuste de Avaliação Patrimonial	139.736	109.559	-	249.295
Dividendos Adicionais a Distribuir	15.385			15.385
	2.174.531	109.559	-	2.284.090

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

BALANÇOS PATRIMONIAIS - ATIVO

Em 31 de dezembro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	Controladora
				31/12/2012 Reajustado
Não Circulante				
Investimentos	1.738.781	(123.447)		1.615.334

BALANÇOS PATRIMONIAIS - PASSIVO

Em 31 de dezembro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	Controladora
				31/12/2012 Reajustado
Patrimônio Líquido				
Capital Social	1.017.700			1.017.700
Reservas de Capital	316			316
Reservas de Lucros	745.892	(5.689)	-	740.203
Ajuste de Avaliação Patrimonial	136.872	(117.758)	-	19.114
	1.900.780	(123.447)	-	1.777.333

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Em 31 de março de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

	31/03/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	Consolidado 31/03/2012 Reajustado
Receita	1.144.555	-	(26.566)	1.117.989
Receita de Venda Bens e Serviços	1.077.628	-	(26.566)	1.051.062
Receita de Construção	66.927	-	-	66.927
Custos	(890.074)	-	18.849	(871.225)
Custo das Vendas e Serviços	(823.147)	-	18.849	(804.298)
Custo de Construção	(66.927)	-	-	(66.927)
Lucro Bruto	254.481	-	(7.717)	246.764
Despesa com Vendas	(52.008)	-	263	(51.745)
Despesas Gerais e Administrativas	(71.016)	(8.620)	986	(78.650)
Outras Despesas Operacionais	(18.851)	-	(20)	(18.871)
Resultado de Equiv. Patrimonial	1.912	-	3.956	5.868
Resultado Operacional	114.518	(8.620)	(2.532)	103.366
Receitas Financeiras	35.962	-	(193)	35.769
Despesas Financeiras	(20.812)	-	682	(20.130)
Resultado Financeiro	15.150	-	489	15.639
Resultado Antes do IR e da C S	129.668	(8.620)	(2.043)	119.005
Corrente	(43.723)	-	1.876	(41.847)
Diferido	(1.509)	2.931	167	1.589
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	84.436	5.689	-	78.747

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

Em 31 de março de 2012
 (valores expressos em milhares de reais)

	31/03/2012	Ajustes CPC 18 e CPC 19	Consolidado 31/03/2012 Reajustado
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	29.666	37.472	67.138
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	(34.179)	(37.201)	(71.380)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamentos	(56.958)	3.803	(53.155)
Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(61.471)	(4.074)	(57.397)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	442.495	13.741	428.754
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	381.024	9.667	371.357
Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(61.471)	(4.074)	(57.397)

Notas Explicativas

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Em 31 de março de 2012
 (valores expressos em milhares de reais)

	31/03/2012	Ajustes CPC 18 e CPC 19	Consolidado 31/03/2012 Reajustado
Receitas			
Vendas brutas de produtos e serviços	1.746.700	(32.837)	1.713.863
Receita de construção	66.927	-	66.927
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - (Reversão / Constituição)	(21.208)	16	(21.192)
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo dos serviços prestados	(685.482)	2.604	(682.878)
Custo de construção	(66.927)	-	(66.927)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(57.024)	(923)	(57.947)
Outros	(20.662)	20.662	-
Valor adicionado bruto	962.324	(10.478)	951.846
Depreciação, amortização e exaustão	(45.135)	738	(44.397)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	917.189	(9.740)	907.449
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	1.912	3.956	5.868
Receitas financeiras	35.962	(193)	35.769
Valor adicionado total a distribuir	955.063	(5.977)	949.086
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos	(116.675)	(30.475)	(147.150)
Impostos, taxas e contribuições	(733.140)	30.081	(703.059)
Juros e variações cambiais	(20.812)	682	(20.130)
Lucros retidos/prejuízo do exercício	(84.436)	5.689	(78.747)
	(955.063)	5.977	(949.086)

Notas Explicativas



3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Grupo para a preparação de suas ITR do período findo em 31 de março de 2013 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, portanto, devem ser lidas conjuntamente.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Fatores de Risco Financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, de taxa de juros de valor justo, de taxa de juros de fluxo de caixa e de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

4.2. Risco de Mercado

4.2.1. Risco de Taxa de Câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira.

A subsidiária Celesc D está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as empresas de eventuais perdas. Entretanto, esta compensação se realizará somente através do consumo e consequente faturamento de energia ocorridos após o reajuste tarifário subsequente, no qual tenham sido contempladas tais perdas. O Decreto nº 7.9457 (7 de março de 2013), instituiu que o valor integral ou parcial do saldo positivo acumulado pela CVA, relativo ao encargo de serviço do sistema e à energia comprada para revenda (CVA ESS e Energia), seria repassado com recurso de CDE, na ocasião do reajuste ou revisão tarifária.

4.2.2. Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo Associado com Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras do Grupo. O Grupo não tem pactuado contratos de derivativos para fazer face a este risco.

Notas Explicativas



4.3. Risco de Crédito

Surge da possibilidade do Grupo incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores, o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

4.4. Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas áreas operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para o Grupo de Tesouraria. Este investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

	Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos
CDI ¹ (%)	7,80	-	-
Em 31 de dezembro de 2012			
Empréstimos – Saldo Balanço	81.064	220.639	36.407
Empréstimos – Não descontados	84.193	266.645	53.173
Fornecedores	703.281	-	-
CDI (%)	7,75	-	-
Em 31 de março de 2013			
Empréstimos – Saldo Balanço	187.149	250.616	30.663
Empréstimos – Não descontados	194.266	302.031	44.535
Fornecedores	597.061	-	-

¹ Curva de juros futuros – BM&F DI 1 FUT V13 – (fechamento 03/05/2013)

Notas Explicativas



4.5. Riscos Operacionais

4.5.1. Risco Quanto à Escassez de Energia Elétrica

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva durante a estação úmida reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e a elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

4.5.2. Risco de Não Renovação das Concessões

O Grupo possui concessões para exploração dos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e distribuição de gás e tem a expectativa de que estas sejam prorrogadas pelo poder concedente. A Companhia protocolou o pedido de prorrogação em 18 de setembro de 2012 para a concessão do contrato nº 56/1999, conforme permitido pela MP nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. Dessa forma a Administração da Companhia considera remoto o risco de não prorrogação da concessão de Distribuição de Energia Elétrica. Para o contrato nº 55/1999 de geração de energia, a Companhia optou pela não renovação.

4.5.3. Análise de Sensibilidade Adicional Requerida pela CVM

Apresentamos a seguir quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de março de 2013:

Notas Explicativas



Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Cenário provável			
		Saldo	(Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI (%)			7,75	9,69	11,63
	Contas a receber não circulante	95.241	7.381	9.229	11.077
	Empréstimos e financiamentos (-)	(468.428)	(36.303)	(45.391)	(54.478)
IGP-M² (%)			8,06	10,08	12,09
	Ativo indenizatório (concessões em serviço)	2.134.322	172.026	215.140	258.040

4.6. Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo), subtraído do montante de Caixa e Equivalente de Caixa. O capital total é apurado por meio da soma do Patrimônio Líquido com a dívida líquida.

	31 de março 2013	Consolidado 31 de dezembro 2012
Total dos empréstimos	468.428	338.110
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(86.450)	(172.740)
Dívida líquida	381.978	165.370
Total do patrimônio líquido	1.596.606	1.777.401
Total do capital	1.978.584	1.942.771
Índice de alavancagem financeira - %	19,31	8,51

4.7. Estimativa do Valor Justo

² IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado

Notas Explicativas



Pressupõe-se que os saldos das Contas a Receber de Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos Passivos Financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

O Grupo aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, ou seja, como preços ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de março de 2013. O Grupo não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

Descrição	Nível 3	Consolidado Saldo total
Ativos		
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado		
Ações	54.981	54.981
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		
Ativo indenizatório (concessões)	2.427.064	2.427.064
Outros	217	217
Total do Ativo	2.482.262	2.482.262

A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2012.

Descrição	Nível 1	Nível 3	Consolidado Saldo total
Ativos			
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado			
Títulos Públicos	16.343	-	16.343
Ações	-	54.981	54.981
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda			
Ativo indenizatório (concessões)	-	2.390.674	2.390.674
Outros	-	217	217
Total do Ativo	16.343	2.445.872	2.4562.215

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

Notas Explicativas



Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir da Bolsa de Valores, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que está disponível e utilizando o mínimo possível das estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

5. Instrumentos Financeiros por Categoria

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 31 de março de 2013.

Descrição	Ativos ao Valor			Consolidado
	Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Total
Ativo				
Caixa e equivalentes	-	86.450	-	86.450
Ações	54.981	-	-	54.981
Ativo Indenizável (Concessões)	-	-	2.427.064	2.427.064
Contas a Receber de Clientes	-	1.423.405	-	1.423.405
Outros	-	-	217	217
	54.981	1.509.855	2.427.281	3.992.117
Passivo				
Fornecedores	-	597.061	-	597.061
Empréstimos	-	468.428	-	468.428
	-	1.065.489	-	1.065.489

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 31 de dezembro de 2012.

Notas Explicativas



Descrição	Consolidado			
	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Total
Ativo				
Caixa e equivalentes	-	172.740	-	172.740
Títulos Públicos	16.343	-	-	16.343
Ações	54.981	-	-	54.981
Ativo Indenizável (Concessões)	-	-	2.390.674	2.390.674
Contas a Receber de Clientes	-	1.565.058	-	1.565.058
Outros	-	-	217	217
	71.324	1.737.798	2.390.891	4.200.013
Passivo				
Empréstimos	-	338.110	-	338.110
Fornecedores	-	703.281	-	703.281
		1.041.391		1.041.391

6. Qualidade do Crédito dos Ativos Financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações interna de cessão de limites de crédito:

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2013	31 de dezembro 2012
Contas a Receber de Clientes		
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	803.737	911.371
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	143.021	143.932
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 91 dias	476.647	509.755
	1.423.405	1.565.058

Todos os demais ativos financeiros que o Grupo mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

7. Caixa e Equivalentes de Caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2013	31 de dezembro 2012	31 de março 2013	31 de dezembro 2012

Notas Explicativas



Recursos em Banco e em Caixa	314	1.216	53.918	47.852
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata ³	10.110	36.653	32.532	124.888
	10.424	37.869	86.450	172.740

8. Títulos e Valores Mobiliários

Os ativos não circulantes mantidos para a venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo e não são depreciados ou amortizados.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2013	31 de dezembro 2012	31 de março 2013	31 de dezembro 2012
Mantidos para Negociação				
Títulos Públicos	-	-	-	16.343
Ações Casan ⁴	54.981	54.981	54.981	54.981
Disponível para Venda				
Outros Investimentos	217	217	217	217
	55.198	55.198	55.198	71.541
Circulante				
Não Circulante	-	-	-	16.343
	55.198	55.198	55.198	55.198

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

A Companhia possui 55.364.810 Ações Ordinárias – ON, e 55.363.250 Ações Preferenciais – PN, representando 15,48% do Capital Social da Casan. Por não possuir influência significativa na Casan a Companhia mensurou o valor justo de sua participação acionária.

Tendo em vista a Casan não possuir liquidez em suas ações negociadas em bolsa de valores, a Celesc decidiu estabelecer por meio de bases consistentes e aceitas pelo mercado, um novo critério de avaliação do referido investimento, adotando o método do fluxo de caixa descontado.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo da Casan com base nas informações econômico-financeiras da Casan. O custo histórico de aquisição das ações da Casan é de R\$110.716.

Em 2012, com base no fluxo de caixa descontado, foi reconhecido no resultado financeiro da Companhia a provisão com perdas do valor justo, nos montantes R\$55.735, resultando no valor justo de R\$54.981 em 31 de dezembro de 2012.

³ As Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a certificados de depósito bancários (CDBs), remunerados em média pela taxa de 100% da variação do CDI.

⁴ Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

Notas Explicativas



9. Contas a Receber de Clientes

a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Consolidado	
				31 de março 2013	31 de dezembro 2012
Consumidores					
Residencial	162.178	67.442	57.361	286.981	324.499
Industrial	258.293	36.666	288.604	583.563	642.486
Comércio, Serviços e Outros	114.577	24.149	59.930	198.656	227.233
Rural	24.495	5.840	8.404	38.739	44.039
Poder Público	20.379	1.933	32.318	54.630	62.919
Iluminação Pública	11.548	245	14.936	26.729	29.818
Serviço Público	9.574	266	955	10.795	12.615
	601.044	136.541	462.508	1.200.093	1.343.609
Suprimento a Outras Concessionárias					
Concessionárias e Permissionárias	31.702	1.834	1.422	34.958	55.495
Transações no âmbito da CCEE (i)	178.778	-	-	178.778	150.653
Outros Créditos	(7.787)	4.646	12.717	9.576	15.301
	202.693	6.480	14.139	223.312	221.449
	803.737	143.021	476.647	1.423.405	1.565.058
Provisão Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD (ii)				(445.168)	(474.252)
				978.237	1.090.806
Circulante				882.996	990.364
Não Circulante				95.241	100.442

i) Transações no âmbito da CCEE

Valor refere-se à venda de energia no mercado livre, por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e por meio do Decreto nº 7.945/13 um aporte no montante de R\$53.248 mil.

ii) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A composição da PCLD, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2013	31 de dezembro 2012
Consumidores		
Residencial	62.364	71.900
Industrial	175.593	189.293
Têxtil (b.1)	96.131	96.131
Comércio, Serviços e Outras	55.671	60.154
Rural	5.204	5.682
Poder Público	31.888	32.417
Iluminação Pública	13.926	13.779
Serviço Público	913	934
Concessionárias e Permissionárias	4	488
Outros	3.474	3.474
	445.168	474.252

Notas Explicativas**b) Movimentação da PCLD:**

Descrição	Consolidado
	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2012	474.252
Provisão Constituída no Período	3.184
Baixas de Contas a Receber	(32.268)
Saldo em 31 de março de 2013	445.168

b.1) Provisão Têxtil

No ano de 2009 a Celesc Distribuição S.A. efetuou plano de ação de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil entre elas Buettner S.A., Companhia Industrial Schlösser S.A., Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A. e TEKA – Tecelagem Kuehnrich.

Em 2011, a Buettner S.A. e a Companhia Industrial Schlösser S.A. entraram em recuperação judicial E com base na probabilidade de recuperação desses valores ser remota, a Celesc D provisionou o montante de R\$18.231 em 2011 e R\$16.888 em 2012, que representa a totalidade do crédito que a Celesc possui com essas empresas.

Em 2012, a Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A. também entrou em liquidação judicial, todavia apresentou plano de recuperação judicial, demonstrando capacidade de pagamento do débito que possui com a Celesc D. Dessa forma, a Companhia constituiu provisão para este parcelamento apenas no valor de R\$3.992. O total do parcelamento desta Companhia é de R\$42.992.

Ainda em 2012, a Tecelagem Kuehnrich – TEKA deu entrada em um pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Blumenau, Santa Catarina. Tendo em vista o plano de recuperação ainda não ter sido aprovado e a probabilidade de recebimento do referido valor ser remota na avaliação da Administração, a Celesc D constituiu provisão da totalidade do parcelamento que a TEKA possui com a empresa no montante de R\$57.020.

10. Ativo Indenizatório – Concessão

	Consolidado	
	31 de março 2013	31 de dezembro 2012
Em Serviço	2.134.322	2.088.265
Ativo de Concessão — Distribuição de Energia (a)	2.134.322	2.088.365
Em Curso	292.742	302.409
Ativo de Concessão — Distribuição de Energia (a)	292.742	302.409
Total	2.427.064	2.390.674
Não Circulante	2.427.064	2.390.674

Notas Explicativas



Os contratos de concessão de distribuição e transmissão de energia elétrica do Grupo estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC12), que trata de contabilidade de concessões.

Os ativos de concessão referem-se a créditos a receber do Poder Concedente (União), quando a Companhia possui direito incondicional de ser indenizada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenizações originadas nos contratos de concessão de serviços públicos de transmissão e distribuição de energia elétrica, pelos investimentos efetuados em infraestrutura e não recuperados por meio da tarifa. Estes ativos financeiros são classificados como "recebíveis".

a) Ativo de Concessão – Distribuição de Energia

	<u>Ativo Indenizatório</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.390.674
Adições	45.835
Baixas	(5.516)
Atualização (i)	(3.929)
Saldo em 31 de março de 2013	2.427.064

(i) A Companhia reconheceu no resultado do exercício findo em 31 de março de 2013 o montante de R\$3.929 mil, referente à desvalorização do ativo financeiro de concessão de distribuição pelo VNR (valor novo de reposição).

11. Tributos a Recuperar ou Compensar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2013	31 de dezembro 2012	31 de março 2013	31 de dezembro 2012
ICMS ⁵	-	-	42.933	47.753
PIS e COFINS ⁶	-	-	313	2.154
IRPJ e CSLL ⁷	2.600	2.573	56.708	53.730
Outros	61	262	2.400	2.516
	<u>2.661</u>	<u>2.835</u>	<u>102.354</u>	<u>106.153</u>
Circulante	<u>2.661</u>	<u>2.835</u>	<u>85.551</u>	<u>92.093</u>
Não Circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.803</u>	<u>14.060</u>

⁵ Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS

⁶ Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

⁷ Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

Notas Explicativas



12. Transações com Partes Relacionadas

a) Transações e Saldos

Descrição	Controladora
	Outros Créditos de Partes Relacionadas
Em 31 de dezembro de 2012	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	4.262
SC Parcerias S.A.(ii)	32.210
	<u>36.472</u>
Em 31 de março de 2013	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	4.262
SC Parcerias S.A.(ii)	27.125
	<u>31.387</u>

Descrição	Controladora
	Receitas Financeiras
Em 31 de março de 2012	
Governo do Estado de SC	
Empréstimo para o Tesouro Estadual	199
SC Parcerias S.A.(ii)	1.488
	<u>1.687</u>
Em 31 de março de 2013	
Governo do Estado de SC	
SC Parcerias S.A.(ii)	928
	<u>928</u>

Descrição	Tributos a Recolher	Tributos a Compensar	Contas Receber por Vendas	Outros Créditos de Partes Relacionadas	Consolidado
					Outros Passivos de Partes Relacionadas
Em 31 de dezembro de 2012					
Governo do Estado de SC	45.005	47.753	8.710	-	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	-	4.262	-
SC Parcerias S.A.(ii)	-	-	-	32.210	-
Celos	-	-	-	-	14.538
	<u>45.005</u>	<u>47.753</u>	<u>8.710</u>	<u>36.472</u>	<u>14.538</u>
Em 31 de março de 2013					
Governo do Estado de SC	54.893	42.933	4.306	-	-
Empréstimo para o Tesouro Estadual	-	-	-	-	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	-	4.262	-
SC Parcerias S.A.(ii)	-	-	-	27.125	-
Celos	-	-	-	-	11.393
Coligadas e Controladas Celesc G	-	-	-	-	125
	<u>54.893</u>	<u>42.933</u>	<u>4.306</u>	<u>31.387</u>	<u>11.518</u>

Notas Explicativas



Consolidado			
Descrição	Tributos Deduções da Receita⁸	Receita de Vendas⁹	Receitas Financeiras
Em 31 de março de 2012			
Governo do Estado de SC	356.506	12.733	-
Empréstimo para o Tesouro Estadual	-	-	199
SC Parcerias S.A.(ii)	-	-	1.488
	<u>356.506</u>	<u>12.733</u>	<u>1.687</u>
Em 31 de março de 2013			
Governo do Estado de SC	309.023	10.762	-
Empréstimo para o Tesouro Estadual	-	-	-
SC Parcerias S.A.(ii)	-	-	928
	<u>309.023</u>	<u>10.762</u>	<u>928</u>

(i) Rede Subterrânea

Em 1995, a Companhia firmou convênio de cooperação técnica com o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura de Florianópolis para implantação de rede subterrânea de energia elétrica no centro de Florianópolis.

O montante em aberto refere-se ao valor a ser repassado pelo Estado de Santa Catarina à Companhia e está em processo de negociação.

A Companhia está buscando junto ao Governo do Estado de Santa Catarina (Secretaria de Estado da Fazenda) alternativas para quitação do referido crédito.

(ii) SC Parcerias S.A.

De acordo com o Termo de Reconhecimento, Assunção e Parcelamento de Dívida firmado em 30 de abril de 2008, a dívida foi parcelada em 24 prestações mensais, cujas amortizações iniciaram em 31 de outubro de 2008.

Com a assinatura do 1º Aditivo ao Termo de Reconhecimento, Assunção e Parcelamento de Dívida em janeiro de 2011, o valor remanescente da dívida foi renegociado em 42 parcelas mensais com o primeiro pagamento em 31 de janeiro de 2011, sendo o saldo devedor corrigido à alíquota de 1% ao mês. Salientamos que as prestações referentes ao 1º Termo Aditivo estão sendo pagas regularmente pela SC Parcerias.

⁸ As operações com tributos referem-se ao ICMS sobre as operações de venda de energia e são realizadas conforme a legislação específica.

⁹ A Receita de Vendas refere-se a venda de energia ao Governo do Estado efetuadas em termos iguais aos utilizados nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é definido pela ANEEL por meio da resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia.

Notas Explicativas**b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração**

A remuneração dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF e Diretoria Executiva – DE) está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2013	31 de março 2012	31 de março 2013	31 de março 2012
Administradores				
Honorários	1.546	1.446	1.547	1.744
Encargos Sociais	365	377	370	450
Outros	91	7	95	21
	2.002	1.830	2.012	2.215

13. Investimentos em Controladas e Coligadas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2013	31 de dezembro 2012	31 de março 2013	31 de dezembro 2012
Controladas				
Celesc D	1.032.217	1.219.509	-	-
Celesc G	264.276	247.966	-	-
	1.296.493	1.467.475	-	-
Controladas em Conjunto				
SCGÁS	80.992	78.876	80.992	78.876
ECTE	38.947	36.448	38.947	36.448
	119.939	115.324	119.939	115.324
Coligadas				
DFESA	34.567	32.535	34.567	32.535
SPEs	-	-	24.724	20.203
Cubatão	3.353	3.353	3.353	3.353
(-) Provisão para Perda em Investimento	(3.353)	(3.353)	(3.353)	(3.353)
	34.567	32.535	59.291	52.738
	1.450.999	1.615.334	179.230	168.062

Notas Explicativas



a) Informações sobre Investimentos

Descrição	Controladora					
	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido ajustado	Total de Ativos	Lucro líquido/prejuízo ajustado
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante			
Em 31 de março de 2013						
Celesc D	630.000	100%	100%	1.032.217	4.619.819	(187.292)
Celesc G	43.209	100%	100%	264.276	302.631	7.310
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	126.103	313.136	8.089
SCGás	45.476	17,00%	51,00%	208.717	349.616	14.598
Dfesa	153.382	23,03%	23,03%	150.095	370.827	8.825
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.649	5.620	(7)
Em 31 de dezembro de 2012						
Celesc D	630.000	100%	100%	1.219.509	4.665.693	(135.659)
Celesc G	43.209	100%	100%	247.966	292.821	(70.380)
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	118.013	303.362	40.574
SCGás	45.476	17,00%	51,00%	199.761	320.539	23.609
Dfesa	153.382	23,03%	23,03%	141.270	372.994	35.385
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.649	5.620	(7)

Descrição	Consolidado					
	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido ajustado	Total de Ativos	Lucro líquido/prejuízo ajustado
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante			
Em 31 de março de 2013						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	126.103	313.136	8.089
SCGás	45.476	17,00%	51,00%	208.717	349.616	14.598
Dfesa	153.382	23,03%	23,03%	150.095	370.827	8.825
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.649	5.620	(7)
Rondinha Energética S.A.	15.424	32,50%	32,50%	39.476	53.294	(376)
Painel Energética S.A.	4.745	32,50%	32,50%	5.469	5.463	(6)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30,00%	30,00%	4.018	6.650	(21)
Cia Energética Rio das Flores	7.205	25,00%	25,00%	26.817	49.478	(184)
Xavantina Energética S.A.	162	40,00%	40,00%	2.490	2.539	-
Em 31 de dezembro de 2012						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	118.013	303.362	40.574
SCGás	45.476	17,00%	51,00%	199.761	320.539	23.609
Dfesa	153.382	23,03%	23,03%	141.270	372.994	35.385
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.649	5.620	(7)
Rondinha Energética S.A.	9.750	32,50%	32,50%	27.783	28.630	(314)
Painel Energética S.A.	4.745	32,50%	32,50%	5.408	5.457	(34)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30,00%	30,00%	4.015	6.648	(29)
Cia Energética Rio das Flores	5.930	25,00%	25,00%	24.712	52.532	171
Xavantina Energética S.A.	162	40,00%	40,00%	2.490	2.517	-

Notas Explicativas



b) Movimentação dos Investimentos

Descrição	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA	Controladora Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.219.509	247.966	36.448	78.876	32.535	1.615.334
Integralizações	-	9.000	-	-	-	9.000
Amortização Ágio	-	-	-	(365)	-	(365)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(187.292)	7.310	2.499	2.481	2.032	(172.970)
Saldo em 31 de março de 2013	1.032.217	264.276	38.947	80.992	34.567	1.450.999

14. Imobilizado

a) Composição do saldo

	Reservatórios						Consolidado
	Terrenos	Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	9.202	76.655	2.942	18.595	332	147.567	255.293
Custo do imobilizado	9.202	95.952	10.132	44.414	995	147.567	308.262
Depreciação acumulada	-	(19.297)	(7.190)	(25.819)	(663)	-	(52.969)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	9.202	76.655	2.942	18.595	332	147.567	255.293
Adições	-	-	-	-	-	5.300	5.300
Depreciação	-	(9.648)	(365)	(2.397)	(41)	-	(12.451)
Realização de provisão para perdas	-	5.552	204	1.272	13	-	7.041
Saldo em 31 de março de 2013	9.202	72.559	2.781	17.470	304	152.867	255.183
Custo do imobilizado	9.202	101.504	10.336	45.686	1.008	152.867	320.603
Depreciação acumulada	-	(28.945)	(7.555)	(28.216)	(704)	-	(65.420)
Saldo em 31 de março de 2013	9.202	72.559	2.781	17.470	304	152.867	255.183

15. Intangível

Descrição	Controladora	
	31 de dezembro 2012	31 de março 2013
Contrato de Concessão ECTE	8.523	(15)

Notas Explicativas



Descrição	Contratos de Concessão (a)			Consolidado
	Celesc D	Softwares Adquiridos	Ágios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	363.953	2.720	8.523	375.196
Custo Total	933.846	2.720	14.248	950.814
Amortização Acumulada	(569.893)	-	(5.725)	(575.618)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	363.953	2.720	8.523	375.196
Adições	8.394	356	-	8.750
Baixas	(1.229)	-	-	(1.229)
Amortizações	(38.256)	(135)	(15)	(38.406)
Saldo em 31 de março 2013	332.862	2.941	8.508	344.311
Custo Total	941.011	3.076	14.248	958.335
Amortização Acumulada	(608.149)	(135)	(5.740)	(614.024)
Saldo em 31 de março de 2013	332.862	2.941	8.508	344.311

Os ágios gerados na aquisição da SCGÁS e da ECTE estão sendo amortizados pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos das referidas empresas.

a) Contratos de Concessão

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais), quando aplicáveis.

A ANEEL em conformidade ao marco regulatório brasileiro é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de concessão do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação destas taxas. As taxas estabelecidas pelo órgão regulador são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

Notas Explicativas



16. Resultado com Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

a) Composição do Imposto de Renda e da Contribuição Social Diferidos Líquidos

Descrição	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Consolidado	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março	31 de dezembro	31 de março	31 de dezembro
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Diferenças temporárias						
Provisão para contingências	113.350	95.119	-	-	113.350	95.119
Provisão para perdas em ativos	92.106	93.627	-	-	92.106	93.627
Benefício pós-emprego	330.691	335.047	-	-	330.691	335.047
Custo Atribuído	-	-	66.398	70.510	(66.398)	(70.510)
IR e CS diferidos	33.745	33.745	-	-	33.745	33.745
Outras provisões	94.340	92.294	113.483	113.483	(18.867)	(21.257)
	664.232	649.832	179.605	183.993	484.627	465.771

	Consolidado	
	31 de março	31 de dezembro
	2013	2012
Ativo	511.313	494.175
Passivo	26.686	28.404
Tributo Diferido Líquido	484.627	465.771

b) Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março	31 de março	31 de março	31 de março
	2013	2012	2013	2012
Lucro antes do IRPJ e a CSLL	(180.727)	78.747	(196.541)	119.005
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e SCLL	(61.447)	26.774	(66.824)	40.462
Adições e exclusões permanentes				
Equivalência Patrimonial	58.810	(27.452)	(2.384)	(1.995)
Benefício Fiscal	-	-	1.174	174
Incentivo Fiscal	-	-	35	4
Juro Sobre Capital Próprio	-	-	-	-
Provisões Indedutíveis	-	-	(3)	-
Multas Indedutíveis	-	-	4.795	1.046
Participação dos Administradores	40	84	60	97
Outras Adições (Exclusões)	2.597	594	47.332	470
	-	-	(15.815)	40.258
Corrente	-	-	(2.975)	(41.847)
Diferido	-	-	18.790	1.589
	-	-	15.815	(40.258)
Alíquota Efetiva	-	-	8,05%	33,83%

Notas Explicativas



17. Fornecedores

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2013	31 de dezembro 2012
Energia Elétrica	515.155	573.165
Encargos de Uso da Rede Elétrica	26.275	55.048
Materiais e Serviços	55.631	75.068
	597.061	703.281

18. Empréstimos e Financiamentos

Os contratos de Empréstimos e Financiamentos são garantidos, principalmente, por recebíveis das Companhias.

Descrição	Taxa anual de juros e comissões %	Consolidado	
		31 de março 2013	31 de dezembro 2012
Empréstimos Bancários (a)	7,55 a.a.	200.223	110.682
Cartão Corporativo	0,77 a.m.	49.392	-
Eletrobrás (b)	5,00 a.a.	180.380	189.260
Finame (d)	4,5 a 8,7 a.a.	38.433	38.168
		468.428	338.110
Circulante		187.149	81.064
Não Circulante		281.279	257.046

a) Empréstimos Bancários e Cartão Corporativo

Visando atender as necessidades da Celesc D, o Conselho de Administração autorizou na reunião do dia 17 de outubro de 2012 a captação de recursos para Capital de Giro no valor de R\$110,0 milhões a taxa de 7,55% a.a. com 12 (doze) meses de carência e 06 (seis) meses para pagamento. Este contrato tem como garantia os recebíveis e estão sendo anuídos pela ANEEL.

Em 17 de janeiro de 2013, o Conselho de Administração, autorizou a captação de recursos para Capital de Giro da Celesc D no valor de R\$89 milhões a taxa de 7,55% a.a. com 15 (quinze) meses de carência e 9 (nove) para o pagamento.

b) Eletrobrás

Os valores contratados destinam-se, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural, sendo que os recursos advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobrás. Em geral, estes contratos possuem carência de 24 meses, amortização em 60 meses, taxa de juros de 5% a.a. e taxa de administração de 2% a.a., oferecem

Notas Explicativas



os recebíveis como garantia e estão anuídos pela ANEEL.

c) Finame

O empréstimo contratado destinou-se a compra de máquinas e equipamentos da Celesc D e possui taxas de juros de 4,5% a.a. a 8,7% a.a.. Em caso de inadimplência, a garantia está vinculada aos recebíveis do contratante e estão anuídos pela ANEEL.

18.1. Composição dos Vencimentos de Longo Prazo

Os montantes não circulantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2013	31 de dezembro 2012
Um a cinco anos	250.616	220.639
Acima de cinco anos	30.663	36.407
	281.279	257.046

19. Tributos e Contribuições Sociais

a) Composição

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2013	31 de dezembro 2012	31 de março 2013	31 de dezembro 2012
ICMS	-	-	54.893	45.005
PIS e COFINS	-	-	24.800	22.747
REFIS	1.347	1.786	1.347	1.786
IRPJ e CSLL	-	-	4.088	10.921
INSS Parcelamento	-	-	2.985	3.150
Outros	66	243	4.839	6.157
	1.413	2.029	92.952	89.766
Circulante	1.413	1.988	92.952	89.725
Não Circulante	-	41	-	41

20. Taxas Regulamentares

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2013	31 de dezembro 2012
	163.702	156.818

Notas Explicativas



Programa de Eficiência Energética – PEE		
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	53.049	53.329
Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	12.609
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	69.289	68.104
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	4.838	17.323
Encargos do Consumidor a Recolher	-	2.336
Reserva Global de Reversão – RGR	3.524	26
Outros	1.368	1.530
	295.770	312.075
Circulante	95.664	122.891
Não Circulante	200.106	189.184

21. Provisão para Contingências e Depósitos Judiciais

Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados as contingências:

Descrição	Controladora			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Contingências	
	31 de março 2013	31 de dezembro 2012	31 de março 2013	31 de dezembro 2012
Contingências:				
Tributária	2.187	2.182	1.263	1.263
Regulatórias	6.627	6.627	6.627	6.627
	8.814	8.809	7.890	7.890

Descrição	Consolidado			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Contingências	
	31 de março 2013	31 de dezembro 2012	31 de março 2013	31 de dezembro 2012
Contingências:				
Tributária	3.754	3.722	29.522	29.525
Trabalhistas	53.243	61.118	75.900	44.822
Cíveis	28.522	28.378	338.575	316.734
Regulatórias	46.405	46.405	36.274	35.564
	131.924	139.623	480.271	426.645

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Depósitos judiciais	Provisões para contingências	Depósitos judiciais	Provisões para contingências
Saldo em 31 de dezembro de 2012	8.809	7.890	139.623	426.645
Adições	5	-	1.647	54.219
Baixas	-	-	(9.346)	(593)

Notas Explicativas



	Controladora		Consolidado	
	Depósitos judiciais	Provisões para contingências	Depósitos judiciais	Provisões para contingências
Saldo em 31 de março de 2013	8.814	7.890	131.924	480.271

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais externos.

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:

a) Contingências Tributárias

Estão relacionadas as contingências de ordem tributárias nas esferas federal, estadual e municipal.

b) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços relativas a questões de verbas rescisórias, salariais, enquadramentos e outros.

O principal incremento nas provisões trabalhistas neste trimestre refere-se à Ação movida pelo Ministério Público contra a Celesc D no que se refere às terceirizações. O processo encontra-se em fase de instrução e apresenta valor de R\$30 milhões. Os assessores jurídicos internos da Celesc D entendem que a mesma é provável de perda.

c) Contingências Cíveis

Decorre de ações judiciais movidas pelos consumidores (classe industrial), que reivindicam o reembolso de valores pagos resultantes da majoração da tarifa de energia elétrica, com base nas Portarias DNAEE nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 04 de março de 1986, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado. A Celesc D constituiu provisão considerada suficiente para cobrir eventuais perdas com os processos dessa natureza.

Quanto ao efeito sobre os anos subsequentes, denominado “Efeito Cascata”, não é possível no momento avaliar as possíveis decisões do Judiciário bem como estimar os possíveis efeitos. Também foram constituídas provisões de diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Celesc D é ré, relativas a questões de indenizações causadas por falha na rede de energia elétrica (danos materiais, danos morais e lucros cessantes), desapropriação, corte (danos morais e danos materiais), acidente (danos morais, materiais e pensão), inscrição indevida no SERASA/SPC (danos morais), entre outras.

Notas Explicativas



d) Contingências Regulatórias

A Celesc D foi autuada pela ANEEL em alguns processos administrativos que implicaram em multas pela transgressão de alguns itens da qualidade no atendimento de consumidores e outras matérias. A Celesc D recorreu na esfera administrativa contra as penalidades impostas.

e) Perdas Possíveis – Não Provisionadas

O Grupo tem ações de natureza tributária, trabalhista cíveis, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2013	31 de dezembro 2012
Contingências:		
Tributárias	2.055	2.173
Trabalhistas	2.504	3.213
Cíveis	20.354	15.870
Regulatório	15.710	15.710
	40.623	36.966

22. Passivo Atuarial

Obrigações Registradas	Consolidado	
	31 de março 2013	31 de dezembro 2012
Planos Previdenciários	1.015.213	1.008.435
Plano Misto/Transitório (a)	1.015.213	1.008.435
Outros Benefícios a Empregados	463.372	478.955
Plano Celos Saúde (b)	121.643	124.293
Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI (c)	29.511	34.882
Programa de Demissão Voluntária – PDV 2012 (d)	280.819	288.814
Outros Benefícios (e)	31.399	30.966
	1.478.585	1.487.390
Circulante	99.280	130.960
Não Circulante	1.379.305	1.356.430

A Celesc D é patrocinadora da Fundação de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a complementação de aposentadoria para os participantes representados basicamente pelos seus empregados.

a) Planos Previdenciários

A partir de janeiro de 1997, foi implementado um novo plano de previdência complementar para os novos empregados com características de contribuição variável, denominado “Plano Misto”, contemplando a renda de aposentadoria programada.

Notas Explicativas



Para os participantes que pertenciam ao plano transitório foi elaborado um processo de migração dando oportunidade aos participantes do referido plano migrarem para o Plano Misto.

Este processo de migração se deu em dois períodos: de maio a agosto de 1999 e fevereiro de 2000. Mais de 98% dos empregados ativos optaram pela migração.

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e contribuição definida para as contribuições posteriores a transição. O plano anterior de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo quase que exclusivamente participantes aposentados e seus beneficiários.

A Celesc D firmou, em 30 de novembro de 2001, o contrato para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% ao ano e atualização pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório.

Em outubro de 2010 por meio de termo aditivo houve a mudança do indexador de atualização do IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

b) Plano Celos Saúde

A Celesc D oferece aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica).

c) Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI

Por meio da Deliberação nº 243, de 09 de dezembro de 2002, a Celesc D aprovou o PDVI, o qual foi homologado pelo Governo do Estado de Santa Catarina visando à redução de custos operacionais.

Esse programa foi implementado a partir de janeiro 2003 e teve a adesão de 1.089 empregados. Até 31 de março de 2013 a Celesc D havia quitado o débito com 882 beneficiários (870 em 31 de dezembro de 2012).

d) Programa de Demissão Voluntária – PDV 2012

Por meio da Deliberação nº 168, de 15 de maio de 2012, a Celesc D aprovou o Plano de Adequação de Quadros, do qual faz parte o Plano de Demissão Voluntária – PDV.

Esse programa foi implementado a partir de novembro de 2012 e teve a adesão de 734 empregados. Desligaram-se da Celesc D, até 31 de março de 2013, 432 beneficiários.

e) Outros Benefícios

Trata-se de valores referentes ao auxílio deficiente, auxílio funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo a aposentadoria.

Notas Explicativas



23. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social da Celesc atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.017.700, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas. As Ações Preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,00	7.791.201	20,20
PREVI	5.140.868	33,11	437.807	1,90	5.578.675	14,46
Celos	1.091.474	7,03	230.800	1,00	1.322.274	3,43
Fundo de Investimentos Geração Futuro	499.600	3,22	2.756.200	11,96	3.255.800	8,44
Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Fundo de Investimentos Tarpon	-	-	5.177.623	22,47	5.177.623	13,42
MCAP Poland FIA	-	-	2.796.000	12,13	2.796.000	7,25
Outros	999.952	6,44	7.503.059	32,56	8.503.011	22,04
Total	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100,00

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

O quadro a seguir demonstra o efeito líquido no montante de R\$5.444 mil no Patrimônio Líquido:

Ajuste de avaliação patrimonial	5.444
Deemed Cost - Celesc G	128.891
Ajuste Passivo Atuarial - Celesc D (CPC – 33)	(123.447)

c) Lucro ou Prejuízo Diluído por Ação

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de março de 2013 e de 2012 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados.

Em 31 de março de 2013 e 31 de março de 2012, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações. Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e data da conclusão destas informações trimestrais.

Notas Explicativas



Nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

24. Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de março de 2013, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Empresa	Ramo	Ativos Cobertos	Vigência	Consolidado Segurado
Celesc D	Seguro Garantia	Bens e Direitos Concessionários	08.11.2011 à 31.12.2013	400.000
Celesc D	Riscos Nomeados	Prédio Sede	01.01.2013 à 31.12.2013	52.360
Celesc D	Transporte Nacional	Transporte Mercadorias	01.01.2013 à 31.12.2013	3.500
Celesc D	Riscos Nomeados	Subestações	14.05.2012 à 13.05.2013	20.000
Celesc G	Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	08.06.2012 à 08.06.2013	18.768
Celesc G	Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.06.2012 à 08.06.2013	9.384
Celesc G	Vendaval	Usinas e Subestações	08.06.2012 à 08.06.2014	9.384
Celesc G	Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.06.2012 à 08.06.2015	18.768

As premissas de risco adotadas, em razão de sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações trimestrais, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

25. Informações por Segmento de Negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

A apresentação dos segmentos é consistente com os relatórios internos fornecidos à Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos.

Notas Explicativas



As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva correspondentes aos exercícios findos em 31 de março de 2013 e 2012, são as seguintes:

Descrição	Em 31 de março 2013				
	Controladora	Celesc Distribuição	Celesc Geração	Ajustes de Consolidação	Total
Receita	-	1.258.079	21.095	(455)	1.278.719
Custo das Vendas	-	(1.281.765)	(9.308)	455	(1.290.618)
Lucro Bruto	-	(23.686)	11.787	-	(11.899)
Despesas com Vendas	-	(38.147)	-	-	(38.147)
Despesas Gerais e Administrativas	(8.764)	(84.931)	(2.672)	-	(96.367)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	-	(66.122)	(384)	-	(66.506)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(172.970)	-	(177)	179.982	6.835
Lucro Operacional	(181.734)	(212.886)	8.554	179.982	(206.084)
Receitas Financeiras	1.390	26.492	431	-	28.313
Despesas Financeiras	(383)	(17.970)	(418)	-	(18.771)
Lucro antes IR e CSLL	(180.727)	(204.364)	8.567	179.982	(196.542)
IR e CSLL	-	17.072	(1.257)	-	15.815
Lucro/Prejuízo do Exercício	(180.727)	(187.292)	7.310	179.982	(180.727)
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	1.607.288	4.619.819	302.631		
Total dos Passivos	10.682	3.587.602	38.355		

Descrição	Em 31 de março 2012				
	Controladora	Celesc Distribuição	Celesc Geração	Ajustes de Consolidação	Total
Receita	-	1.105.099	13.613	(723)	1.117.989
Custo das Vendas	-	(867.032)	(4.916)	723	(871.225)
Lucro Bruto	-	238.067	8.697	-	246.764
Despesas com Vendas	-	(51.745)	-	-	(51.745)
Despesas Gerais e Administrativas	(4.272)	(72.474)	(1.904)	-	(78.650)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	-	(18.502)	(369)	-	(18.871)
Resultado de Equivalência Patrimonial	80.741	-	113	(74.986)	5.868
Lucro Operacional	76.469	95.346	6.537	(74.986)	103.366
Receitas Financeiras	2.661	32.713	395	-	35.769
Despesas Financeiras	(383)	(19.534)	(213)	-	(20.130)
Lucro antes IR e CSLL	78.747	108.525	6.719	(74.986)	119.005
IR e CSLL	-	(37.979)	(2.279)	-	(40.258)
Lucro/Prejuízo do Exercício	78.747	70.546	4.440	(74.986)	78.747
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	2.319.290	4.729.287	395.896		
Total dos Passivos	60.322	3.509.710	82.110		

Notas Explicativas



25.1. Receita Operacional Consolidada

	Consolidado	
	31 de março 2013	31 de março 2012
Receita Operacional Bruta		
Fornecimento de energia elétrica (a)	1.313.525	1.574.188
Suprimento de energia elétrica (a)	41.132	36.878
Disponibilização da rede elétrica	59.785	86.434
Energia de Curto Prazo	253.431	-
Arrendamento e aluguéis	11.108	11.791
Renda de prestação de serviços	983	1.433
Outras receitas operacionais	1.866	3.139
Doações e Subvenções	53.248	-
Receita de construção	49.640	66.927
	1.784.718	1.780.790
Deduções da Receita Operacional		
ICMS	(309.025)	(356.506)
PIS	(27.653)	(28.136)
COFINS	(127.372)	(129.599)
ISS	(48)	(92)
Reserva global de reversão - RGR	(3.498)	(12.367)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(14.515)	(51.970)
Conta consumo combustíveis - CCC	(12.609)	(70.768)
Pesquisa e desenvolvimento - P & D	(5.799)	(5.140)
Programa eficiência energética - PEE	(5.480)	(5.140)
Outros encargos	-	(3.083)
	(505.999)	(662.801)
Receita Operacional Líquida	1.278.719	1.117.989

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	31.03.2012
Residencial	1.956.099	1.888.533	1.327.044	1.277.075	464.128	562.722
Industrial	92.539	86.969	1.071.527	1.186.528	358.481	441.266
Comercial	224.300	215.906	933.990	918.251	337.517	391.180
Rural	230.534	229.607	332.695	325.472	69.903	81.968
Poder Público	20.243	19.007	98.330	100.542	34.957	42.550
Iluminação Pública	513	459	134.290	130.632	26.090	29.926
Serviço Público	2.504	2.344	79.508	75.412	22.449	24.576
Total do Fornecimento	2.526.732	2.442.825	3.977.384	4.013.912	1.313.525	1.574.188
Suprimento de Energia	57	50	381.396	405.666	41.132	36.878
Total	2.526.789	2.442.875	4.358.780	4.419.578	1.354.657	1.611.066

(i) Informações não revisadas

Notas Explicativas



25.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

Descrição	Consolidado em 31 de março 2013					Total
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas		
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	1.096.724	-	-	-	-	1.096.724
Pessoal (b)	81.112	30.079	10.594	2.952	-	124.737
Administradores	-	2.012	-	-	-	2.012
Despesa Atuarial	-	32.095	-	-	-	32.095
Entidade de Previdência Privada (b)	4.594	1.313	566	-	-	6.473
Material	3.144	1.352	1	-	-	4.497
Custo de Construção	49.640	-	-	-	-	49.640
Custos e Serviços de Terceiros	14.162	16.826	16.993	106	-	48.087
Depreciação e Amortização	43.067	7.775	-	-	-	50.842
Provisões Líquidas	(7.040)	8	(29.083)	53.621	-	17.506
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	2.835	-	2.835
Comp. Fnc. p/ Utilização Recursos Hídricos	-	-	-	338	-	338
Outros Custos e Despesas	5.215	4.907	39.076	6.654	-	55.852
	1.290.618	96.367	38.147	66.506		1.491.638

Descrição	Consolidado 31 de março 2012					Total
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas		
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	666.536	-	-	-	-	666.536
Pessoal (b)	76.013	29.140	10.031	1.966	-	117.150
Administradores	-	2.215	-	-	-	2.215
Despesa Atuarial	-	21.605	-	-	-	21.605
Entidade de Previdência Privada (b)	4.245	1.392	543	-	-	6.180
Material	4.690	1.685	1	-	-	6.376
Custo de Construção	66.927	-	-	-	-	66.927
Custos e Serviços de Terceiros	12.277	14.608	13.140	156	-	40.181
Depreciação e Amortização	36.472	7.545	-	-	-	44.017
Provisões Líquidas	-	-	21.193	769	-	21.962
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	2.667	-	2.667
Comp. Fnc. p/ Utilização Recursos Hídricos	-	-	-	288	-	288
Outros Custos e Despesas	4.065	460	6.837	13.025	-	24.387
	871.225	78.650	51.745	18.871		1.020.491

Notas Explicativas



a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	Consolidado			
	31 de março 2013	GWh (i)	31 de março 2012	GWh (i)
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás	112.566	1.076	94.800	1.097
Tractebel Energia S.A.	100.490	720	97.925	758
Furnas Centrais Elétricas S.A.	48.609	393	44.820	374
Cemig Geração e Transmissão S.A.	39.445	267	38.796	281
Termoelétricas Petrobrás S.A.	59.731	325	25.888	328
Companhia Energética de São Paulo – CESP	30.877	239	30.288	257
Copel Geração e Transmissão S.A.	31.931	260	29.409	265
Cia de Ger. Term. de E.E. – Eletrobrás CGTEE	3.067	97	10.788	101
Lages Bioenergética Ltda.	10.004	48	9.287	48
Foz do Chapecó Energia AS	8.899	56	7.923	54
Companhia Energética Estreito	7.895	52	7.539	53
Companhia Energética Potiguar S.A	40.333	33	2.367	33
Porto do Pecem Geração de Energia S.A	9.618	116	-	-
Brentech Energia S.A	7.820	12	946	12
Usinas Xavantes S.A	16.363	9	443	9
Usina Termelétrica de Anápolis Ltda.	8.056	8	-	-
Borborema Energética S.A.	3.143	4	329	5
Geradora de Energia do Norte S.A.	5.075	9	690	9
Arembepe Energia S.A.	52.525	59	4.429	60
Energética Camaçari Muricy S.A. – ECM	51.646	59	4.450	69
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	89.497	68	5.049	69
Energética SUAPE II SA.	17.743	50	3.360	51
Companhia Energética de Petrolina – CEP	56.143	49	3.622	50
Enguia Gen. BA Ltda. Jaguarari	16.479	34	1.944	34
Eletrobrás Termonuclear S.A.	15.178	179	-	-
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia	6.397	60	-	-
Candeias Energia S.A.	5.328	8	767	8
Serra do Facão Energia S.A.	4.158	26	3.702	25
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.	3.204	29	2.973	29
MPX Comercialização de Energia Ltda.	1.372	13	-	-
Outros	47.315	449	59.049	711
	910.906	4.818	491.583	4.790
Encargo de Uso da Rede Elétrica	184.695	-	106.173	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	58.638	13	43.835	56
Proinfra ¹⁰	28.538	93	24.945	101
Recuperação de despesas – Encargos	(86.053)	-	-	-
	185.818	106	174.953	157
	1.096.724	4.900	666.536	4.947

(i) Informações não revisadas

b) Pessoal e Entidade de Previdência Privada

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2013	31 de março 2012	31 de março 2013	31 de março 2012
Pessoal				
Remunerações	4.799	1.675	71.223	63.627
Encargos Sociais	-	-	26.629	26.360
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	2.627	4.326
Benefícios Assistenciais	-	5	6.286	6.620
Provisões e Indenizações	117	2	17.946	16.213
Programa de Demissão Voluntária - PDV	-	-	-	-
Outros	24	-	26	4
Entidade de Previdência Privada	-	-	6.473	6.180
	4.940	1.682	131.210	123.330

¹⁰ Programa de Incentivo a Fontes Alternativas

Notas Explicativas



25.3. Resultado Financeiro

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2013	31 de março 2012	31 de março 2013	31 de março 2012
Receitas Financeiras				
Renda de Aplicações Financeiras	462	860	1.805	7.209
Juros sobre Contas a Receber	-	1.687	-	14.700
Acréscimos Moratórios s/ faturas de energia	-	-	13.426	-
Variações Monetárias	-	10	1.559	3.518
Incentivo Financeiro Fundo Social	-	-	4.350	3.900
Deságio Fornecedor	-	-	-	7
Desvalorização Cambial s/ Energia Vendida	-	-	3.297	4.562
Outras Receitas Financeiras	928	104	3.876	1.873
	1.390	2.661	28.313	35.769
Despesas Financeiras				
Encargos de Dívidas	-	-	(7.254)	(7.349)
Var. Mon. e Acréscimo Mor. Energia Comprada	-	-	(233)	-
Variações Monetárias	-	-	(23)	(1.344)
Amortização do Ágio	(382)	(382)	(382)	(382)
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(3.647)	(5.425)
Despesa Financeira - VNR	-	-	(3.929)	-
Outras Despesas Financeiras	(1)	(1)	(3.303)	(5.630)
	(383)	(383)	(18.771)	(20.130)
Resultado Financeiro	1.007	2.278	9.542	15.639

26. Informações Complementares da Celesc D

26.1. Balanço Patrimonial

Ativo	31 de março 2013	31 de dezembro 2012
Circulante	1.134.868	1.257.087
Caixa e Equivalentes de Caixa	70.649	127.357
Títulos e Valores Mobiliários	-	16.343
Contas a Receber de Clientes	875.050	984.036
Estoques	12.844	14.748
Tributos a Recuperar	81.730	88.841
Outros Créditos	94.595	25.762
Não Circulante	3.484.951	3.472.200
Ativo Indenizável – Concessão	2.427.064	2.390.674
Contas a Receber de Clientes	95.241	100.442
Tributos Diferidos	487.449	470.379
Tributos a Recuperar	16.738	13.995
Depósitos Judiciais	123.026	130.734
Outros Créditos	2.571	2.023
Intangível	332.862	363.953
Total do Ativo	4.619.819	4.729.287

Notas Explicativas



	31 de março 2013	31 de dezembro 2012
Passivo		
Circulante	1.252.704	1.286.463
Fornecedores	591.713	697.676
Empréstimos e Financiamentos	187.149	81.064
Salários, Provisões Trabalhistas e Encargos Sociais	109.781	114.777
Tributos e Contribuições Sociais	87.067	77.640
Taxas Regulamentares	95.623	122.685
Previdência Privada	11.393	14.538
Passivo Atuarial	99.280	130.960
Outros Passivos	70.698	47.123
Não Circulante	2.334.898	2.223.247
Empréstimos e Financiamentos	281.279	257.046
Taxas Regulamentares	200.106	189.184
Passivo Atuarial	1.379.305	1.356.430
Provisão para Contingências	471.733	418.112
Outros Passivos	2.475	2.475
Patrimônio Líquido	1.032.217	1.219.577
Capital Social Realizado	1.053.590	1.053.590
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(123.447)	(123.379)
Ajustes para Adoção IFRS	147.308	147.308
Lucros/Prejuízos Acumulados	(187.292)	-
Reservas de Lucro	142.058	142.058
Total do Passivo	4.619.819	4.729.287

26.2. Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

	31 de março 2013	31 de março 2012
Receita Operacional Líquida	1.258.079	1.105.099
Receita de Serviço de Energia Elétrica	1.208.439	1.038.172
Receita de Construção	49.640	66.927
Custos Operacionais	(1.281.765)	(867.032)
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(1.232.125)	(800.105)
Custo de Construção	(49.640)	(66.927)
Lucro Operacional Bruto	(23.686)	238.067
Despesas Operacionais	(189.200)	(142.721)
Despesas com Vendas	(38.147)	(51.745)
Despesas Gerais e Administrativas	(84.931)	(72.474)
Outras Despesas Operacionais	(66.122)	(18.502)
Resultado do Serviço	(212.886)	95.346
Resultado Financeiro	8.522	13.179
Receitas Financeiras	26.492	32.713
Despesas Financeiras	(17.970)	(19.534)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	(204.364)	108.525
IRPJ e CSLL	17.072	(37.979)
Corrente	-	(39.099)
Diferido	17.072	1.120
Lucro/Prejuízo do Exercício	(187.292)	70.546

Notas Explicativas



26.2.1. Receita Operacional

	31 de março 2013	31 de março 2012
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia elétrica (a)	1.303.090	1.566.760
Suprimento de energia elétrica (a)	27.056	29.070
Disponibilização da rede elétrica	60.240	87.143
Energia de Curto Prazo	253.431	-
Arrendamento e aluguéis	11.108	11.805
Renda de prestação de serviços	983	1.433
Serviço Taxado	1.838	2.495
Outras receitas operacionais	28	644
Doações e Subvenções	53.248	-
Receita de construção	49.640	66.927
	1.760.662	1.766.277
Deduções da receita operacional		
ICMS	(307.646)	(355.505)
PIS	(27.290)	(28.039)
COFINS	(125.698)	(129.152)
ISS	(48)	(92)
Reserva global de reversão - RGR	(3.498)	(12.289)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(14.515)	(51.970)
Conta consumo combustíveis - CCC	(12.609)	(70.768)
Pesquisa e desenvolvimento - P & D	(5.799)	(5.140)
Programa eficiência energética - PEE	(5.480)	(5.140)
Outros encargos	-	(3.083)
	(502.583)	(661.178)
Receita Operacional Líquida	1.258.079	1.105.099

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	31.03.2012
Residencial	1.956.099	1.888.533	1.327.044	1.277.075	464.128	562.722
Industrial	92.531	86.956	1.035.508	1.136.292	350.351	434.285
Comercial	224.299	215.905	925.534	915.526	335.212	390.733
Rural	230.534	229.607	332.695	325.472	69.903	81.968
Poder Público	20.243	19.007	98.330	100.542	34.957	42.550
Iluminação Pública	513	459	134.290	130.632	26.090	29.926
Serviço Público	2.504	2.344	79.508	75.412	22.449	24.576
Total do Fornecimento	2.526.723	2.442.811	3.932.909	3.960.951	1.303.090	1.566.760
Suprimento de Energia	49	47	324.166	325.666	27.056	29.070
Total	2.526.772	2.442.858	4.257.075	4.286.617	1.330.146	1.595.830

(i) Informações não revisadas

Notas Explicativas



26.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	31 de março 2013				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.095.278	-	-	-	1.095.278
Pessoal	79.608	23.160	10.594	2.952	116.314
Administradores	-	10	-	-	10
Despesa Atuarial	-	32.095	-	-	32.095
Entidade Previdência Privada	4.594	1.313	566	-	6.473
Material	3.133	1.340	1	-	4.474
Custo de Construção	49.640	-	-	-	49.640
Custos e Serviços de Terceiros	13.652	14.853	16.993	106	45.604
Depreciação e Amortização	30.665	7.591	-	-	38.256
Provisões e reversões	-	-	(29.083)	53.621	24.538
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	2.789	2.789
Outros Custos e Despesas	5.195	4.569	39.076	6.654	55.494
	1.281.765	84.931	38.147	66.122	1.470.965

Descrição	31 de março 2012				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	666.444	-	-	-	666.444
Pessoal	74.425	26.140	10.031	1.966	112.562
Administradores	-	266	-	-	266
Despesa Atuarial	-	21.605	-	-	21.605
Entidade Previdência Privada	4.245	1.392	543	-	6.180
Material	4.646	1.623	1	-	6.270
Custo de Construção	66.927	-	-	-	66.927
Custos e Serviços de Terceiros	11.543	13.761	13.140	156	38.600
Depreciação e Amortização	34.757	7.545	-	-	42.302
Provisões e reversões	-	-	21.193	769	21.962
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	2.667	2.667
Outros Custos e Despesas	4.045	142	6.837	12.944	23.968
	867.032	72.474	51.745	18.502	1.009.753

27. Informações Complementares da Celesc G

27.1. Balanço Patrimonial

Ativo	31 de março		31 de dezembro	
	2013	2012	2013	2012
Circulante	19.699	14.522		
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.377	7.514		
Contas a Receber de Clientes	8.106	6.500		
Estoques	11	11		
Tributos a Recuperar	1.160	417		
Outros Créditos	5.045	80		
Não Circulante	282.932	278.299		
Tributos a Recuperar	65	65		
Depósitos Judiciais	84	80		
Investimentos	24.724	20.203		
Intangível	2.938	2.720		
Imobilizado	255.121	255.231		
Total do Ativo	302.631	292.821		

Notas Explicativas



Passivo		31 de março	31 de dezembro
		2013	2012
	Circulante	11.021	15.809
	Fornecedores	6.379	4.196
	Tributos e Contribuições Sociais	4.472	10.097
	Taxas Regulamentares	41	206
	Partes Relacionadas	125	1.304
	Outros Passivos	4	6
	Não Circulante	27.334	29.047
	Tributos Diferidos	26.686	28.404
	Provisão para Contingências	648	643
	Patrimônio Líquido	264.276	247.965
	Capital Social Realizado	121.000	112.000
	Reservas de Lucro	-	(907)
	Ajuste de Avaliação Patrimonial	128.893	136.872
	Lucro/Prejuízo Acumulados	14.383	-
Total do Passivo		302.631	292.821

27.2. Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

	31 de março	31 de março
	2013	2012
Receita Operacional Líquida		
Receita	21.095	13.613
Custos Operacionais		
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(9.308)	(4.916)
Lucro Operacional Bruto	11.787	8.697
Despesas Operacionais	(3.233)	(2.160)
Despesas com Vendas	-	-
Despesas Gerais e Administrativas	(2.672)	(1.904)
Outras Despesas Operacionais	(384)	(369)
Resultado da Equivalência Patrimonial	(177)	113
Resultado do Serviço	8.554	6.537
Resultado Financeiro	13	182
Receitas Financeiras	431	395
Despesas Financeiras	(418)	(213)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	8.567	6.719
IRPJ e CSLL	(1.257)	(2.279)
Corrente	(2.975)	(2.748)
Diferido	1.718	469
Lucro Líquido do Exercício	7.310	4.440

Notas Explicativas



27.2.1. Receita Operacional

	31 de março 2013	Consolidado 31 de março 2012
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia elétrica (a)	10.435	7.428
Suprimento de energia elétrica (a)	14.076	7.808
	24.511	15.236
Deduções da receita operacional		
ICMS	(1.379)	(1.001)
PIS	(363)	(97)
COFINS	(1.674)	(447)
Reserva global de reversão - RGR	-	(78)
	(3.416)	(1.623)
Receita Operacional Líquida	21.095	13.613

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	31.03.2012
Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica						
Industrial	8	13	36.019	50.236	8.130	6.981
Comercial, Serviços e Outros	1	1	8.456	2.725	2.305	447
Suprimento de Energia	8	3	57.230	80.000	14.076	7.808
Total	17	17	101.705	132.961	24.511	15.236

(i) Informações não revisadas

27.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	31 de março de 2013			
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Outras Despesas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.901	-	-	1.901
Pessoal	1.504	1.979	-	3.483
Material	11	12	-	23
Custos e Serviços de Terceiros	510	377	-	887
Depreciação e Amortização	12.402	184	-	12.586
Provisões e Reversões	(7.040)	8	-	(7.032)
Compensação Financeira Recursos Hídricos	-	-	338	338
Taxa Fiscalização ANEEL	-	-	46	46
Outros Custos e Despesas	20	112	-	132
	9.308	2.672	384	12.364

Notas Explicativas

31 de março 2012				
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Outras Despesas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	801	-	-	801
Pessoal	1.588	1.318	-	2.906
Administradores	-	119	-	119
Material	44	50	-	94
Custos e Serviços de Terceiros	734	330	-	1.064
Depreciação e Amortização	1.715	-	-	1.715
Taxa Fiscalização ANEEL	-	-	81	81
Compensação Financeiro Recursos Hídricos	-	-	288	288
Outros Custos e Despesas	34	87	-	121
	4.916	1.904	369	7.189

28. Reajuste Extraordinário da Celesc D

A ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 1.416 de 24 de janeiro de 2013 homologou o resultado da revisão tarifária extraordinária da Celesc D, de acordo com as condições estabelecidas na referida resolução.

As tarifas de energia elétrica da Celesc D terão um decréscimo médio de 20,0% em relação aos valores aplicados nas tarifas homologadas a partir de 07 de agosto de 2012.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



1. Ativos e Passivos Regulatórios (informações não auditadas)

Destina-se a contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, incluídos na conta de Compensação da Variação dos custos da “Parcela A” – CVA, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 25 e nº 116, de 24 de janeiro de 2002 e 04 de abril de 2003 respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros utilizada pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Selic.

a) Conta de Compensação de Variação de Custos da “Parcela A” – CVA

Descrição	Consolidado	
	31/12/2012	31/3/2013
CVA 2012 - Período de 08.08.2011 a 07.08.2012	19.906	12.010
CVA 2013 - Período de 08.08.2011 a 07.08.2013	144.877	352.788
Total da CVA	164.783	364.798

Descrição	Ativos e Passivos Regulatórios					Consolidado
	31/12/2012	Adição	Baixa	Atualiz.	Amortiz.	31/3/2013
ATIVO						
Conta de Cons. de Combustível CCC	9.051	3.254	-	190	-	12.495
Conta de Desenv. Energético CDE	12.645	-	(4.267)	146	(3.453)	5.071
Energia Comprada p/ Revenda	132.228	174.336	-	2.415	(6.409)	302.570
Encargos de Serviço do Sistema ESS	4.766	59.309	-	334	-	64.409
Uso da Rede Básica	8.023	488	(36)	10	-	8.485
Transporte de Energia de Itaipu	501	-	-	8	(75)	434
Proinfa	10.237	4.421	-	198	(3.448)	11.408
Total no Ativo	177.451	241.808	(4.303)	3.301	(13.385)	404.872
Ativo Circulante	177.451	241.808	(4.303)	3.301	(13.385)	404.872
PASSIVO						
Conta de Cons. de Combustível CCC	(1.507)	-	-	(22)	619	(910)
Energia Comprada p/ Revenda	(165)	-	-	(2)	67	(100)
Encargos de Serviço do Sistema ESS	(9.919)	-	-	(142)	4.076	(5.985)
Transporte de Energia de Itaipu	(1.077)	-	-	(15)	442	(650)
Total no Passivo	(12.668)	(32.412)	-	(198)	5.204	(40.074)
Passivo Circulante	(12.668)	(32.412)	-	(198)	5.204	(40.074)
Saldo da CVA	164.783	209.396	(4.303)	3.103	(8.181)	364.798

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



b) Outros Ativos Regulatórios

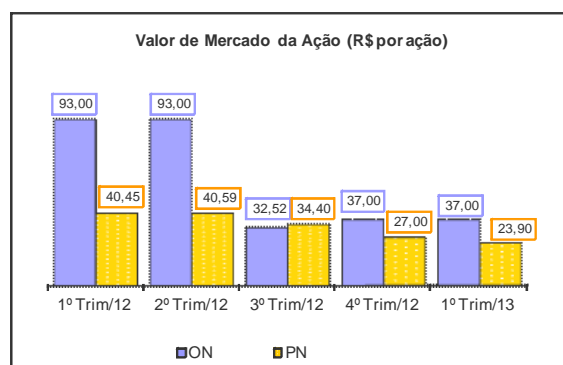
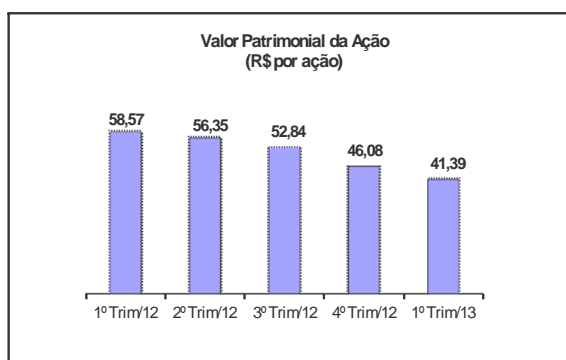
Descrição	Consolidado					
	31/12/2012	Adição	Baixa	Atualiz.	Amortiz.	31/3/2013
Ativos Reg. - Outros Itens Financ. IRT	57.152	-	-	-	-	57.152
Total	57.152	-	-	-	-	57.152
Ativo Circulante	57.152	-	-	-	-	57.152

c) Outros Passivos Regulatórios

Descrição	Consolidado					
	31/12/2012	Adição	Baixa	Atualiz.	Amortiz.	31/3/2013
Passivos Reg. - Neutralidade Encargos Setoriais	(28.911)	-	-	-	12.390	(16.521)
Total	(28.911)	-	-	-	12.390	(16.521)
Passivo Circulante	(28.911)	-	-	-	12.390	(16.521)

2. Indicadores Financeiros

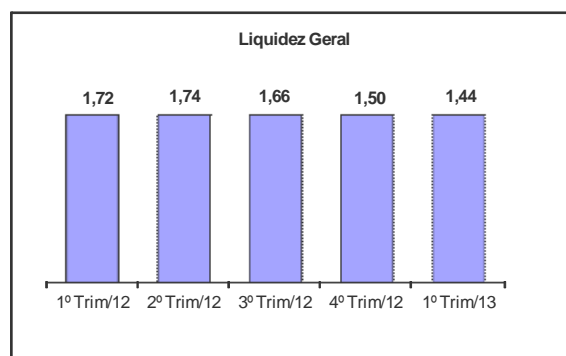
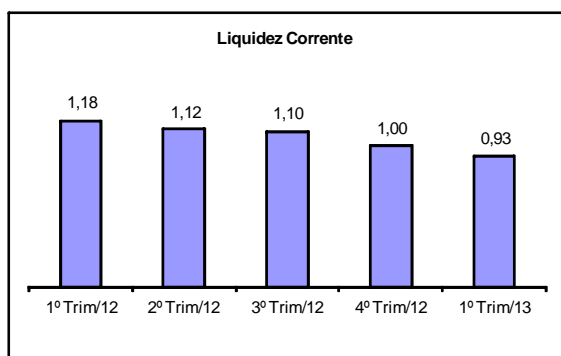
- Patrimoniais



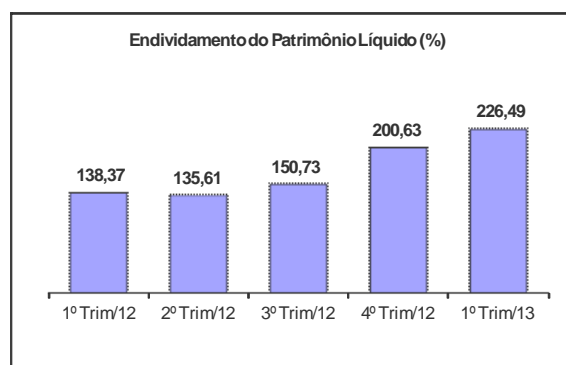
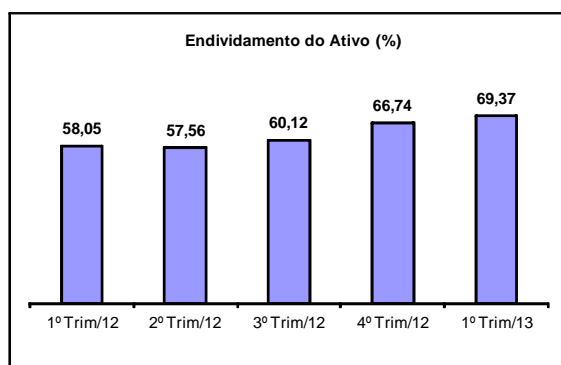
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



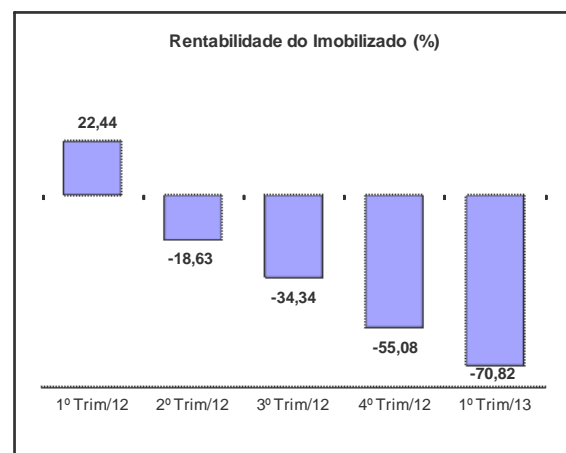
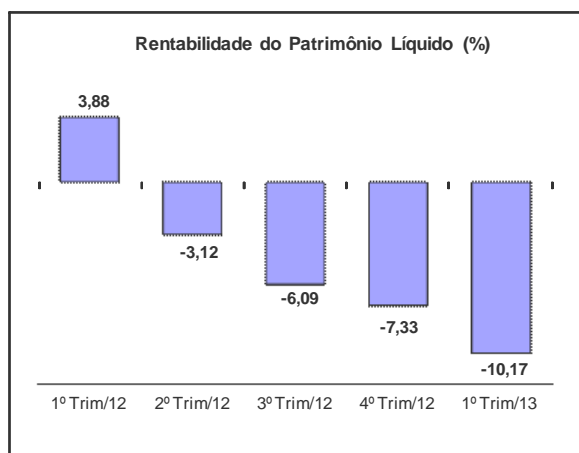
- Liquidez



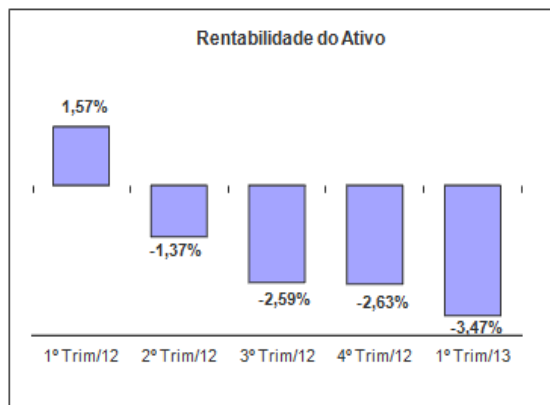
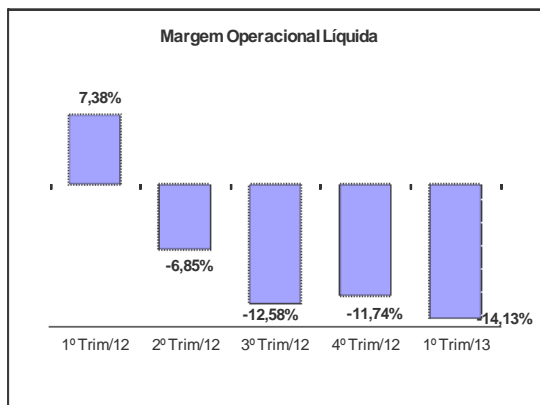
- Endividamento



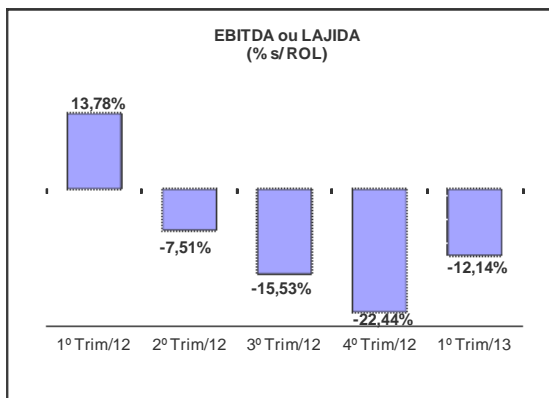
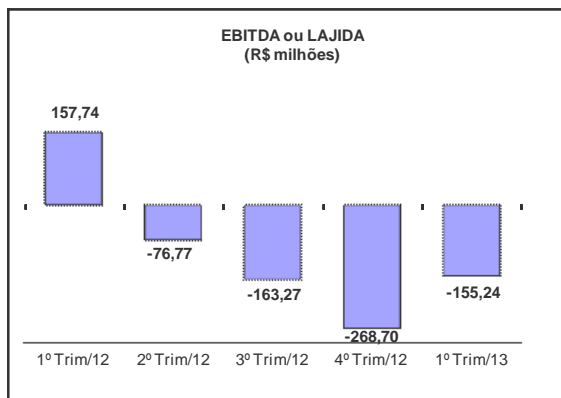
- Rentabilidade



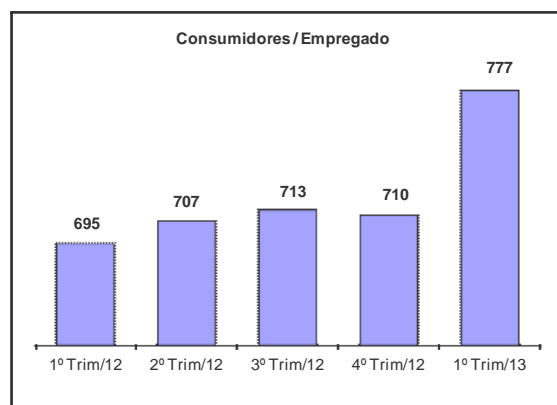
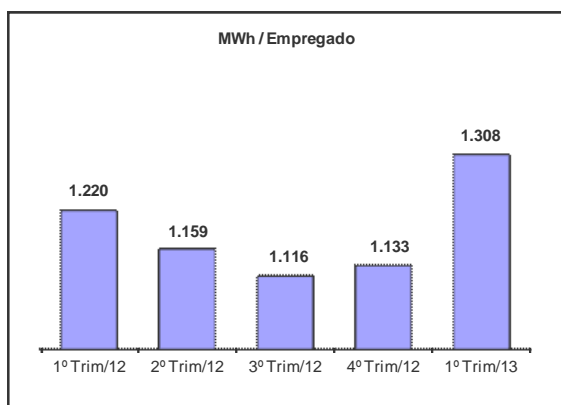
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



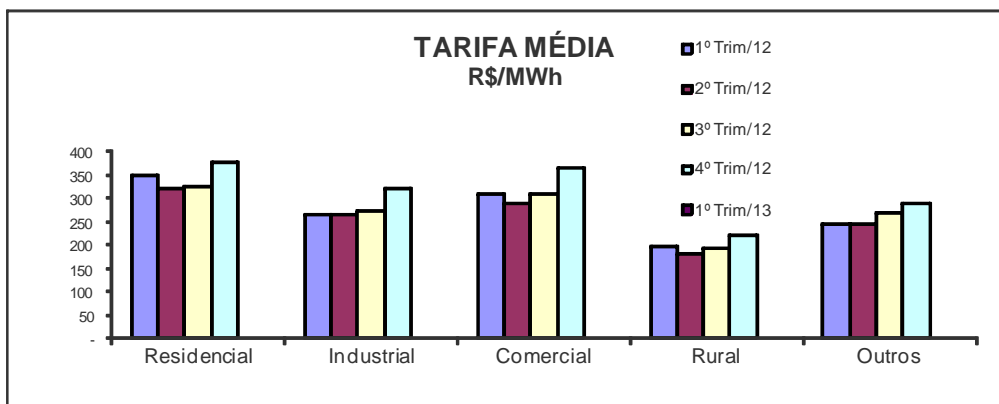
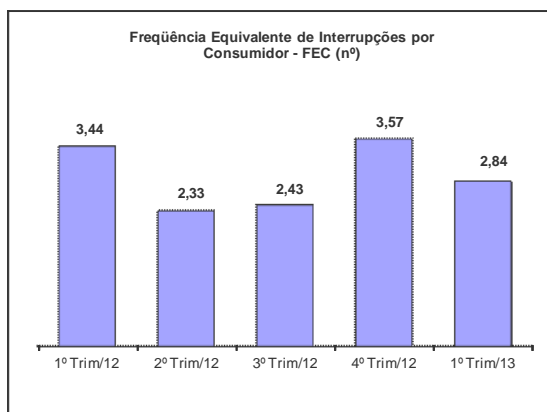
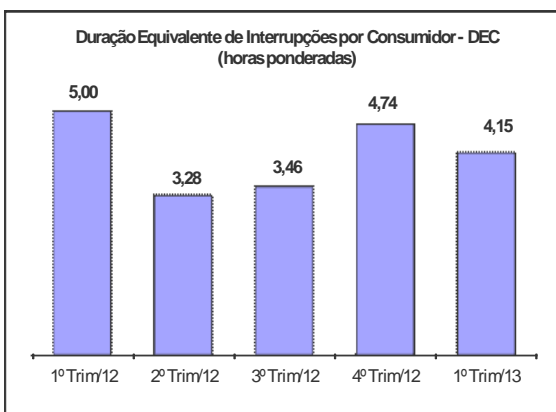
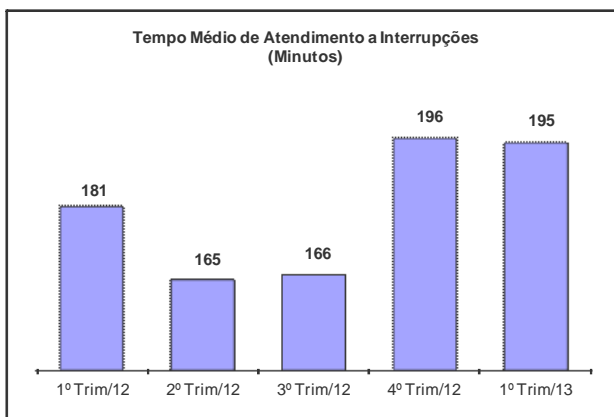
- Ebitda ou Lajida



- Eficiência



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores da
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
Florianópolis - SC

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2.4, em decorrência da mudança de política contábil por conta da aprovação do Pronunciamento Técnico CPC 33(R1) – Benefícios a empregados, CPC 18 (R2) – Investimentos em coligada, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto e CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto, os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos ao balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e as informações contábeis correspondentes intermediárias relativas às demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações financeiras. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Florianópolis, 15 de maio de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Companhia sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras referentes às Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

Cleverson Siewert
Diretor Presidente

Ênio Andrade Branco
Diretor de Geração
e Transmissão

e Controle Interno

Clairton Belém da Silva
Diretor de Planejamento

José Carlos Oneda
Diretor Econômico-Financeiro

André Luiz Bazzo
Diretor de Gestão Corporativa

Antonio José Linhares
Diretor de Regulação de
Gestão de Energia

James Alberto Giacomazzi
Diretor de Distribuição

Eduardo Cesconeto de Souza
Diretor Comercial

André Luiz de Rezende
Diretor de Relações com Investidores,
Controle de Participações e Novos Negócios

José Braulino Stähelin
Contador – CRC/SC 18.996/O-8

Florianópolis (SC), 15 de maio de 2013.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores da Companhia sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, revisaram e concordam com a opinião dos auditores independentes da empresa KPMG Auditores Independentes, a respeito das Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

Cleverson Siewert
Diretor Presidente

Ênio Andrade Branco
Diretor de Geração
e Transmissão

e Controle Interno

Clairton Belém da Silva
Diretor de Planejamento

José Carlos Oneda
Diretor Econômico-Financeiro

André Luiz Bazzo
Diretor de Gestão Corporativa

Antonio José Linhares
Diretor de Regulação de
Gestão de Energia

James Alberto Giacomazzi
Diretor de Distribuição

Eduardo Cesconeto de Souza
Diretor Comercial

André Luiz de Rezende
Diretor de Relações com Investidores,
Controle de Participações e Novos Negócios

José Braulino Stähelin
Contador – CRC/SC 18.996/O-8

Florianópolis (SC), 15 de maio de 2013.